

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Observatório das Desigualdades

relatório anual 2021

Glossário de Desigualdades
2^a edição

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Administração Pública e Gestão Social
Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

Observatório das Desigualdades

Relatório anual 2021

Glossário de Desigualdades

Natal 2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Administração Pública e Gestão Social
Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

Observatório das Desigualdades

Relatório anual 2021

Glossário de Desigualdades

Ano 2- n.2

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)
Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)
Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)
Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)
Adriana Rosa Carvalho
Anna Cecília Queiroz de Medeiros
Cândida de Souza
Fabrício Germano Alves
Francisco Dutra de Macedo Filho
Gilberto Corso
Grinaura Medeiros de Moraes
José Flávio Vidal Coutinho
Josenildo Soares Bezerra
Kamyla Álvares Pinto
Leandro Ibiapina Bevilacqua
Lucélio Dantas de Aquino
Luciene da Silva Santos
Marcelo da Silva Amorim
Marcelo de Sousa da Silva
Márcia Maria de Cruz Castro
Marta Maria de Araújo
Martin Pablo Cammarota
Roberval Edson Pinheiro de Lima
Sibele Berenice Castella Pergher
Tercia Maria Souza de Moura Marques
Tiago de Quadros Maia Carvalho

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Moraes

Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenadora de Revisão

Aline Pinho Dias

Coordenador Editorial

José Correia Torres Neto

Gestão do Fluxo de Revisão

Rosilene Paiva

Conselho Técnico-Científico – SEDIS

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo –
SEDIS (Presidente)
Aline de Pinho Dias – SEDIS
André Moraes Gurgel – CCSA
Antônio de Pádua dos Santos – CS
Célia Maria de Araújo – SEDIS
Eugênia Maria Dantas – CCHLA
Ione Rodrigues Diniz Moraes – SEDIS
Isabel Dillmann Nunes – IMD
Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ
Jefferson Fernandes Alves – SEDIS
José Querginaldo Bezerra – CCET

Capa e Diagramação

Ana Tereza Fonseca
Brisa Gil

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte.
UFRN - Secretaria de Educação a Distância

Relatório Anual do Observatório das Desigualdades[recurso eletrônico] / organizado por Rafaela da Silva Freire, Mariana Carla Pontes Silva, Jéssica Silva, Aline Juliana Barbosa de Oliveira, Ana Raquel Cavalcante de Lima e Mariana Mazzini Marcondes. – 2. ed. – Natal: SEDIS-UFRN, 2022.

2500 KB; 1 PDF

ISBN no. 978-65-5569-237-2

1. Políticas Públicas. 2. Políticas Públicas – Desigualdades. 3. Políticas Públicas – Rural. 4. Políticas Públicas – Urbano. 5. Políticas Públicas – Participação Social. I. Freire, Rafaela da Silva. II. Silva, Mariana Carla Pontes. III. Silva, Jéssica. IV. Oliveira, Aline Juliana Barbosa de. V. Lima, Ana Raquel Cavalcante de. VI. Marcondes, Mariana Mazzini.

CDU 32.27
R382

Elaborada por Edineide da Silva Marques CRB-15/488.

Secretariado Executivo

Observatório das Desigualdades

Mariana Mazzini Marcondes

Ana Raquel Cavalcante de Lima

Equipe do Projeto

Observatório das Desigualdades

Mariana Mazzini Marcondes (coordenadora)

Alexandre Hugo De Araújo Barbosa

Aline Santana Franco De Siqueira

Ana Flavia De Melo Batista Borba

Ana Raquel Cavalcante De Lima

Cassiano José Bezerra Marques Trovão

Clara Carolina Candido Do Nascimento

Ilana Lemos De Paiva

Jailma Fernandes Da Silva

Jofran Cesar Ferreira Batista

José Cássio Da Costa Junior

Lilia Asuca Sumiya

Luana Junqueira Dias Myrrha

Maria Arlete Duarte De Araújo

Mariana Carla Pontes Silva De Moura

Paulo Roberto Souto Maior Júnior

Rafaela Da Silva Freire

Renato Maia

Sandra Cristina Gomes

Silvana Mara De Moraes Dos Santos

Washington Jose De Sousa

Elaboração e organização

Aline Juliana Barbosa de Oliveira

Ana Raquel Cavalcante de Lima

Jessica Silva

Mariana Carla Pontes Silva de Moura

Rafaela da Silva Freire

Coordenação

Mariana Mazzini Marcondes

Projeto Gráfico

Brisa Gil

Agradecimentos

Alseni Maria da Silva
Amiria Bezerra Brasil
Anabelle Carrilho da Costa
Camila Potyara Pereira
Danilo Tavares da Silva
Fábio Grigoletto
Gevanilda Gomes dos Santos
Janaynna de Moura Ferraz
Joana Tereza Vaz de Moura
Luana Junqueira Dias Myrrha
Mariana Mazzini Marcondes
Marília Duarte de Souza
Morgana Gertrudes Martins
Krieger
Regina Stela Corrêa Vieira
Renato Emerson Nascimento
dos Santos
Suylan de Almeida Midlej e Silva



Sumário

Apresentação	10
O Observatório das Desigualdades: uma breve apresentação e um balanço das atividades de 2021	12
O que observar	12
Para que observar	12
Com quem observar	13
Como observar: um balanço das atividades de 2021	13
1) <i>Interface Digital, redes sociais e divulgação científica</i>	13
2) <i>Publicações</i>	15
Glossário das Desigualdades	16
ObservaDesigualdades	16
Dossiê das Desigualdades	17
Relatório Anual do Observatório das Desigualdades	17
3) <i>Cursos e eventos</i>	18
Curso anual sobre desigualdades	18
Conversatório	18
Outros cursos	19
4) <i>Pesquisas e concursos</i>	19
Pesquisas	19
Concursos	20
Microfone aberto	21
O Observatório mês a mês: detalhando o balanço de 2021	22
2ª edição do Glossário das Desigualdades	24
Glossário das Desigualdades: uma introdução	24
(Alguns) verbetes para entender as Desigualdades	25
CAPACITISMO	25
CUIDADO	27
DESIGUALDADE DE CLASSE	30
DESIGUALDADE RURAL	32
DESIGUALDADE URBANA	34
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	36

DÍVIDA SOCIAL	39
FEMINIZAÇÃO	40
PRÁTICAS EMPREENDEDORAS	42
RACISMO	44
RACISMO NO BRASIL	46
(Alguns) verbetes para entender as ações públicas para o enfrentamento das desigualdades.	49
AÇÕES AFIRMATIVAS	49
AÇÃO PÚBLICA	53
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	55
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	58
POLÍTICA PÚBLICA	60
POLÍTICA SOCIAL	62
Anexos	65
Programações dos cursos e eventos de extensão	65
Publicações	70

Apresentação

Sejam bem vindas e bem vindos à 2ª edição do Relatório Anual do Observatório das Desigualdades da UFRN. Com muita alegria, trazemos a vocês diversos temas de luta, além de um balanço do que o observatório fez durante o ano de 2021. Nele, você também encontrará a segunda edição do Glossário das Desigualdades, com novos verbetes para entender as desigualdades e também enfrentá-las. Em 2021, o Observatório avançou na produção de conteúdos para refletir e agir sobre as desigualdades, por meio de seus boletins, do dossiê, e, ainda, da realização de oficinas, cursos, concursos, com parcerias inúmeras e potentes, que somaram na nossa luta.

O Observatório da Desigualdades surgiu em 2020, para enfocar esta questão complexa e persistente, que é a desigualdade na sociedade brasileira. A partir desta observação, pretendemos construir, divulgar e transformar o conhecimento para enfrentá-lo, a partir da cocriação entre os diferentes departamentos e núcleos da UFRN, e, ainda, com outras instituições produtoras de conhecimento, incluindo a sociedade civil. Assim, o Observatório das Desigualdades faz parte do Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS) e da Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP) do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande Norte (DAPGS/PPGP/CCSA/UFRN), mas não se limita a estas fronteiras.

Nesta edição do 2º relatório, seguimos com a prática de dar transparência às atividades do projeto e realizar um balanço detalhado de todas as atividades que realizamos ao longo do ano. Além disso, trazemos em formato texto a 2ª edição do Glossário das Desigualdades. Cada um de seus verbetes é produzido por especialistas de “lugares” diferentes (considerando território e instituições, mas não apenas; também de distintos lugares de fala). O objetivo do Glossário é contribuir para entender os conceitos fundamentais para conhecer as desigualdades e as ações públicas para seu enfrentamento. E, assim, enfrentá-las.

Finalmente, um alerta. Com o intuito de inclusão, nós utilizamos uma escrita cuidadosa para que todas as pessoas que leiam nossos conteúdos consigam ter fácil entendimento sobre cada tema, e para a conscientização dos demais, e se sintam parte. Também, para isso, usamos muito de links para ajudar na pesquisa de vocês!

Esperamos que vocês gostem e se inspirem a continuar na luta contra as desigualdades tão intensas em nosso país.

Boa leitura!

clique nos ícones para acessar nossos canais de conteúdo e contato:



O Observatório das Desigualdades: uma breve apresentação e um balanço das atividades de 2021

O que observar

As desigualdades têm muitas faces. Para olhar para elas, o Observatório das Desigualdades usa duas grandes lentes: as desigualdades sociais e as desigualdades territoriais.

Nas desigualdades sociais seu foco é um olhar interseccional para gênero/sexualidades, raça e classe, e, sempre que possível, considerando a idade/geração e deficiências. Nas desigualdades territoriais a abordagem é multinível, ou seja, olhando para o Rio Grande do Norte, em face do Nordeste e do Brasil, sem deixar de considerar as aproximações e os distanciamentos entre o urbano e o rural.

Observar as desigualdades é, ao mesmo tempo, focar os problemas sociais e as práticas inovadoras que respondem a esses problemas, considerando tanto a Gestão Pública, quanto a Gestão Social.

Para que observar

O objetivo do Observatório das Desigualdades é produzir, divulgar e traduzir conhecimentos sobre desigualdades. Sua ênfase é na articulação para a “coprodução” de conhecimentos, além de sua democratização.

“Coproduzir” é produzir conjuntamente. Para coproduzir é fundamental a parceria entre universidade e sociedade civil. Isso garante que os conteúdos do Observatório sejam desenvolvidos a partir de problemas sociais, e para responder a eles. Também é fundamental a interdisciplinaridade, ou seja, a integração de diferentes disciplinas que abordam as desigualdades. São exemplos: Administração Pública, Gestão Pública, Política Pública, Gestão Social, Serviço Social, Economia, Psicologia, História e Demografia.

Democratizar conhecimento é divulgar aquilo que a universidade e a sociedade civil já produzem. Mas, não apenas. É também “traduzir” conteúdos de difícil compreensão para formatos mais acessíveis

Dessa forma, o Observatório das Desigualdades pretende contribuir com a UFRN, mas também gerar resultados para a sociedade como um todo. Com a UFRN, os resultados esperados são o fomento e a valorização

de conhecimentos interdisciplinares sobre as desigualdades, estimulando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para além da universidade, o projeto pretende contribuir também para, por meio da informação, instrumentalizar a participação e o controle social e subsidiar ações públicas para responder às desigualdades.

Com quem observar

O Observatório das Desigualdades é um projeto desenvolvido por etapas. No seu ciclo de implementação de 2021, a proposta foi de produzir e divulgar a segunda etapa do Glossário das Desigualdades; produzir e disseminar publicações, por meio da criação das duas novas publicações do Observatório das Desigualdades (ObservaDesigualdades e Dossiê das Desigualdades); realizar o Concurso de podcast “Ações públicas para o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça: experiências subnacionais, nacionais e internacionais”, em parceria com a FJP, FGV e Fundação Tide Setubal; produzir conteúdos para o Observatório (integração ensino e extensão) e realizar cursos e pesquisas do Observatório.

Por enquanto, quem responde pelo cotidiano do projeto é a Secretaria Executiva do Observatório, composta pela professora de Administração Pública e Gestão Social, Mariana Mazzini Marcondes, e pela estudante de graduação em Administração, Ana Raquel Cavalcante de Lima. A partir de suas atividades, a equipe do projeto é mobilizada, assim como suas parcerias.

Como observar: um balanço das atividades de 2021

Como o Observatório das Desigualdades é um projeto desenvolvido por etapas, as suas iniciativas também são “cocriadas” por etapas. O “cardápio” do Observatório inclui quatro tipos de iniciativas: 1) interface digital e redes sociais; 2) glossário das desigualdades; 3) publicações; 4) cursos e conversatórios; 5) pesquisas e concursos. Em 2021 foram muitas realizações do Observatório das Desigualdades, no qual muitas iniciativas saíram do papel e se efetivaram, o qual iremos apresentar para vocês de forma mais detalhada.

O balanço das atividades está apresentado a seguir, a partir da descrição de cada um dos produtos do observatório.

1) Interface Digital, redes sociais e divulgação científica

No sentido de ampliar a interação do Observatório das Desigualdades

com a comunidade acadêmica e sociedade, em 2021 foi consolidado o site, a página do instagram e do facebook e canal de youtube do Observatório, espaços de interação e divulgação dos eventos realizados. O site é o repositório de nossas produções, nossa âncora, a partir dele, nossa atuação nas redes sociais permite uma presença dinâmica nas discussões sobre as desigualdades que se fazem no cotidiano e, portanto, são dinâmicas.

As páginas do instagram e facebook são o nosso meio visual de divulgar nossos eventos, cursos, informações entre outras demandas, e o canal do youtube é o nosso espaço de compartilhar vídeos sobre aulas realizadas nos cursos e os verbetes. Com isso, o Observatório das Desigualdades está, atualmente, no Youtube, com 516 pessoas inscritas, além de ter, no Facebook, com 743 pessoas seguindo e, no Instagram, 521.

Data	Evento	Sobre
4 de março	Live do Ciclo de Debates No 2021 - A discriminação da mulher no mercado de trabalho. Você pode conferir clicando aqui.	Promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos e a Coordenação de Estágio Acadêmico do MPT-RJ, e com participação do procurador regional do Trabalho do MPT-RJ e presidente da ANPT, José Antonio Vieira de Freitas Filho, e a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mariana Mazzini Marcondes.
8 de março	Contribuição com um dos textos da série dedicada à desigualdade de gênero: Uma história sobre o trabalho e as desigualdades: conhecendo para mudar	Desenvolvido pelo Observatório da Fundação João Pinheiro (FJP) em parceria com o Observatório das desigualdades da UFRN.
9 de março	Evento de extensão “Corpos em exposição: a imagem das mulheres nas artes”.	Jaqueline Catilho (Dep. Letras/UFRN); Amanda Majuí (Coletivo Leila Diniz e artista); Lila Gomes (Artista visual).
19 de março	Evento de extensão “Corpos em exposição: a imagem das mulheres nas artes”.	Promovida pela Fundação João Pinheiro, em que estiveram presentes a professora Mariela Villela, a Scheylla Bacelar (Coletivo Mulheres de Quebrada) e a professora Mariana Mazzini Marcondes (UFRN).

17 de agosto	Webinário “O atraso na realização do Censo e os impactos nas políticas públicas”. Para assistir, clique aqui.	Iniciativa da Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação/SEPLAG em parceria com a EGG. Contou com a participação de Eduardo Pereira Nunes (Presidente do IBGE entre 2003 e 2011), Mariana Mazzini Marcondes (UFRN) e Joana Raphael (Ompir Niterói).
23 de agosto	Roda de conversa do aGosto Cultural 2021	Promovida pelo Projeto Qualivita CCSA
30 e 31 de agosto	Oficina 5 do pré-evento - ENEPCP 2021 com pauta desigualdades e Políticas Públicas: conceitos, ferramentas e dados para produção de ações públicas	Realizada pelo Observatório das Desigualdades da FJP em parceria com Observatório das Desigualdades da UFRN.
15 de outubro	Contribuição com um dos capítulos do ebook - “A igualdade terá rosto de mulher”	Lançado pelo o Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro e prof ^a . Mariana Mazzini do Observatório das Desigualdades da UFRN compôs a mesa juntamente com a Maria Azevedo Abreu (IPPUR/UFRJ).
9 de novembro	Mesa com o tema: “Crise(s): gênero e políticas públicas”, que aconteceu durante o I Simpósio Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF. Para conferir, clique aqui.	

O Observatório esteve, ainda, durante o ano de 2021, representado em diversos eventos e mesas de debate com discussões e temas muito importantes sobre desigualdades e possíveis formas de enfrentá-las. O quadro a seguir traz algumas destas participações de divulgação científica:

2) Publicações

As publicações do Observatório das Desigualdades são ferramentas fundamentais para reunir e divulgar conhecimentos do Observatório das Desigualdades. Elas ficarão disponíveis no site do Observatório e serão disseminadas nas redes sociais.

Glossário das Desigualdades

O Glossário reúne verbetes sobre conceitos fundamentais para entender e transformar as desigualdades, incluindo ações públicas para o enfrentamento e noções sobre movimentos sociais. Buscando apresentar uma introdução em cada um dos temas e construído de forma colaborativa com especialistas, os verbetes são disponibilizados por meio de vídeos, áudios e textos, além de incluir referências de leituras. O glossário é dividido por verbetes voltados para entender as desigualdades e verbetes para entender as ações públicas para o enfrentamento das desigualdades. O Glossário das Desigualdades reúne 43 verbetes, sendo 26 da primeira edição e 17 da segunda. Nesta publicação você encontra os verbetes desta última edição, em formato texto, acompanhados das respectivas referências.

Você pode acessar os verbetes clicando [aqui](#) e [aqui](#).

ObservaDesigualdades

O Boletim é uma publicação periódica que traz informações sobre desigualdades e ações públicas para seu enfrentamento. Ele é organizado em três seções: 1) Palavra Solta, com reflexões que problematizam questões referentes às desigualdades; 2) Monitorando as Desigualdades, contendo diagnósticos estruturados e com base em indicadores que permitem mensurar desigualdades; 3) Farol, que traz informações sobre o que aconteceu e o que irá acontecer no Observatório, datas importantes e dicas culturais.

No ano de 2021, foram lançadas as três primeiras edições do Boletim.

A **1ª edição**, lançada em abril de 2021, abordou as desigualdades de gênero experimentadas pelas mulheres, enfocando um retrato dessas desigualdades no Brasil, no Nordeste e no RN, com base em indicadores sociais, especialmente nas áreas da educação e do trabalho. Além disso, refletiu sobre o lugar das mulheres na arte e na cultura, a partir do evento realizado na semana de 8 de março de 2021 pelo Observatório (**Corpos em exposição: a imagem das mulheres na arte**).

Já a **2ª edição** lançada em setembro de 2021, trouxe um panorama dos indicadores sociais sobre desigualdades no mercado de trabalho, olhando para o Brasil, Nordeste e RN, por meio da análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Também apresentou uma introdução sobre gênero e sexualidade para descomplicar os termos, a partir da “**2ª Edição do Conversatório – Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+**”.

Finalmente, a **3ª edição**, lançada em dezembro de 2021, discutiu as desigualdades territoriais (rurais e urbanas). A pobreza e a concentração de renda, riquezas e terras esteve em pauta, assim como a revisão do Plano Diretor de Natal. Essa última discussão foi construída a partir do curso de extensão “**Revisão do Plano Diretor de Natal**: possibilidades e desafios para aliar planejamento governamental e enfrentamento às desigualdades”.

No Anexo você pode conferir mais informações sobre cursos e publicações do Observatório das Desigualdades

Dossiê das Desigualdades

O Dossiê das Desigualdades corresponde a uma publicação anual e temática. Nele, é focado um tema importante para conhecer e enfrentar as desigualdades, por meio da articulação de diferentes abordagens e perspectivas, produzidas por autoras e autores com trajetórias distintas.

Sua primeira edição, lançada em janeiro de 2022, teve como tema “Educação e Desigualdades”. Os textos foram desenvolvidos e organizados por discentes do curso de graduação em Administração, por meio de uma atividade de extensão integrada ao ensino, em parceria com especialistas no tema de diferentes estados, instituições, conhecimentos e abordagens e analisam diversos aspectos relativos à educação e desigualdades.

Para construir o Dossiê, contamos com a participação de um conjunto de especialistas na área educacional: Sandra Cristina Gomes (UFRN); Lília Asuca Sumiya (UFRN); Bruno Lazarotti Diniz Costa (FJP); Silvia Cristina Yannoulas (UnB); Sophia Cunha Afonso (UnB); Anabelle Carrilho da Costa (UnB); Renato Emerson Nascimento dos Santos (UFRJ) e Lucelia Bassalo (UEPA).

No Anexo você pode conferir mais informações sobre o Dossiê

Relatório Anual do Observatório das Desigualdades

Trata-se do material que você está lendo. O relatório traz um balanço das atividades realizadas pelo Observatório das Desigualdades. Nessa segunda edição, além do mencionado balanço das atividades do Observatório, também está disponível a 2ª versão do Glossário das Desigualdades.

3) *Cursos e eventos*

Curso anual sobre desigualdades

O Observatório das Desigualdades promove um curso de extensão anual sobre desigualdades, que congrega a comunidade acadêmica, mas também outras pessoas interessadas. As ênfases e as abordagens são definidas a cada ano e em 2021, entre os meses de novembro e dezembro, aconteceu a 2ª Edição do Curso “Desigualdades e Ações Públicas para o Enfrentamento - O território importa”.

O curso de extensão teve como propósito aprofundar a discussão sobre a importância do território para pensar e agir sobre as desigualdades, estruturando ações públicas para seu enfrentamento, dialogando sobre o Sul Global e América Latina; desenvolvimento regional no Brasil; desigualdades urbanas e rurais; sustentabilidade e meio ambiente. Para isso, foram ofertadas 80 vagas com certificados (sendo 40 internas e 40 externas), totalizando uma carga horária de 10 horas com encontros sempre às quintas, das 19 às 21 horas, via google meet e com acesso apenas para pessoas inscritas.

Conversatório

São encontros para discutir desigualdades de gênero, em suas múltiplas facetas. Por ser uma atividade de extensão, congrega a comunidade universitária, mas também outras pessoas interessadas. Sua realização busca promover o encontro dos conhecimentos e saberes de diferentes disciplinas, e, ainda, da universidade com a sociedade civil. Para isso, é escolhido um tema, para ser “descomplicado”. Em 2021, pensando no mês do orgulho LGBTQI+, que é junho, entre ele e julho foi realizada a sua segunda edição “Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+”.

O propósito do encontro foi de aprofundar a reflexão sobre gênero e sexualidades, tendo como fio condutor a contribuição dos Movimentos LGBTQI+ para construir, desconstruir e problematizar essas categorias. Por meio de diferentes abordagens e de vozes para refletir sobre o tema, o curso de extensão aconteceu de forma remota, com 60 vagas previstas e por meio de 5 encontros semanais, totalizando 10 horas de atividades. As gravações das aulas estão disponíveis no [youtube](#) do Observatório.

Outros cursos

Entre fevereiro e março de 2021, de forma remota, foi realizado, ainda, o mini-curso de extensão “**Revisão do Plano Diretor de Natal**: possibilidades e desafios para aliar planejamento governamental e enfrentamento às desigualdades”, em parceria com a disciplina de Planejamento Governamental, do curso de Administração da UFRN, ofertada pelas professoras Aline Virginia Nelson e Mariana Mazzini Marcondes, aliando ensino e extensão. O curso totalizou 6 horas, envolvendo 60 vagas e teve o objetivo de contribuir para a iniciação e divulgação em relação ao planejamento urbano, territorial e participativo, para o enfrentamento às desigualdades, com foco na revisão do Plano Diretor de Natal.

Ainda em março, aconteceu o evento de extensão “**Corpos em exposição**: a imagem das mulheres nas artes”, com o objetivo de refletir sobre a desigualdade de gênero, a partir das representações das mulheres em diferentes linguagens artísticas, a vivência das artistas mulheres e a arte (feminista) que queremos.

Já em agosto de 2021, realizamos o curso “**Planejamento Público Participativo**: Possibilidades e desafios para a promoção dos Direitos Humanos e enfrentamento às desigualdades”, com o propósito de abordar elementos teóricos, históricos e políticos que delinham a relação entre Direitos Humanos e o enfrentamento às desigualdades, com ênfase no papel das Organizações da Sociedade Civil na consecução desses objetivos estratégicos, e, ainda, nas possibilidades e os limites do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

No Anexo você pode conferir mais informações sobre cursos e publicações do Observatório das Desigualdades

4) Pesquisas e concursos

Pesquisas

O Observatório realiza, participa e divulga pesquisas sobre desigualdades. Uma de suas prioridades é compreender as práticas inovadoras no Rio Grande do Norte para responder a desigualdades, enfocando a transversalidade, a interseccionalidade e a intersetorialidade nas ações públicas. Assim, no ano de 2021, iniciamos o campo da pesquisa, com coleta e análise de documentos e de entrevistas, enfocamos principalmente as políticas de igualdade de gênero (mulheres e LGBTQIA+), políticas de igualdade racial, juventude e pessoas com deficiência.

Também participamos do IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (**ENEPCP**). Foi apresentado artigo na Sessão Temática nº 5 - Interseccionalidades: Caminhos de Análises e Práticas para o Campo de Públicas, intitulado “Ações Públicas para o enfrentamento às desigualdades: uma introdução para o ensino, a pesquisa e a extensão no tema”, elaborado por Mariana Mazzini Marcondes, Maria Arlete Duarte de Araújo, Ana Raquel Cavalcante de Lima e Clara Carolina Cândido do Nascimento. O artigo foi selecionado como o melhor da sessão.

Participamos também do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (**ENANPAD**) com a apresentação do artigo “Transversalidade de gênero, uma análise preliminar das políticas públicas para mulheres e LGBTQI+ no Rio Grande do Norte (2011-2020)”, elaborado por Mariana Mazzini Marcondes, Maria Arlete Duarte de Araújo, Washington José de Souza e Clara Carolina Cândido do Nascimento.

Estivemos também presente na Mostra de Trabalhos e Vídeos de Ciência, Tecnologia e Inovação do XXXII, do Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (**eCICT 2021**), no qual, participamos com o trabalho “Transversalidade de Gênero nas Políticas para as mulheres e LGBTQI+ no Rio Grande do Norte (2011 a 2020): uma análise preliminar”, de autoria de Mariana Mazzini Marcondes, Maria Arlete Duarte de Araújo, Washington José de Souza e Clara Carolina Cândido do Nascimento.

Concursos

Os concursos são desenvolvidos com o objetivo de estimular e divulgar trabalhos de graduação e de pós-graduação sobre desigualdades, especialmente por meio de formatos inovadores (vídeos e podcasts). No ano de 2021 foi realizado o primeiro concurso de episódios para a produção de podcast, trazendo como tema “Ações públicas para o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça: experiências subnacionais, nacionais e internacionais”.

A iniciativa foi uma parceria dos Observatórios das desigualdades da UFRN e da Fundação João Pinheiro (FJP), Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) e Fundação Tide Setubal, com colaboração da Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD). Voltado para estudantes de graduação, principalmente do Campo de Públicas, o seu objetivo foi selecionar episódios para

produzir um podcast. Para isso, premiou as dez melhores propostas, com prêmios entre R\$ 200,00 a R\$8.000,00.

Seu lançamento ocorreu no evento de 25 de março de 2021, com o **evento** “A importância de comunicar ações públicas de enfrentamento às desigualdades de raça e gênero”. **O resultado** foi divulgado durante a IV ENEPCP, em setembro.

Microfone aberto

O **Microfone Aberto** é uma iniciativa do Observatório das Desigualdades da UFRN que tem como objetivo abrir espaço para divulgar trabalhos de discentes, em formato audiovisual, sobre ações públicas para o enfrentamento das desigualdades. O projeto é uma forma de valorização da produção acadêmica e, ainda, de ampliação do acesso à informação, por meio de um formato inovador e que vem sendo bastante utilizado tanto pelo público universitário, quanto pela comunidade. A proposta é que em cada edição possamos focar em um tema que tenha sido trabalhado anteriormente dentro das disciplinas que fazem parte do projeto de ensino ligado ao Observatório das Desigualdades.

A seleção de contribuições contemplou os seguintes temas: 1) programas e projetos sociais voltados para as desigualdades, 2) Plano Diretor de Natal e 3) Direitos Humanos e Desigualdades. Seu lançamento ocorrerá em 2022.

O Observatório mês a mês: detalhando o balanço de 2021

Abaixo, você encontra uma síntese das principais atividades do Observatório das Desigualdades, organizadas mês a mês.

- Fevereiro** | Curso de extensão “Revisão do Plano Diretor de Natal: possibilidades e desafios para aliar planejamento governamental e enfrentamento às desigualdades” (início)
- Março** | Curso de extensão “Revisão do Plano Diretor de Natal: possibilidades e desafios para aliar planejamento governamental e enfrentamento às desigualdades” (fim)
- Realização do evento 8M: Corpos em exposição
- Publicação do Relatório Anual do Observatório das Desigualdades (2020)
- Lançamento de concurso de episódios para podcast sobre desigualdades de gênero e raça
- Live do Ciclo de Debates 2021 - A discriminação da mulher no mercado de trabalho.
- Contribuição com um dos textos da série dedicada à desigualdade de gênero - “Uma história sobre o trabalho e as desigualdades: conhecendo para mudar”.
- Mesa com o tema “O impacto da pandemia na vida das mulheres: quem cuida de quem?”.
- Abril** | Lançamento da 1ª edição do Boletim ObservaDesigualdades
- Junho** | 2ª Edição do Conversatório - “Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+” (início)
- Julho** | 2ª Edição do Conversatório - “Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+” (fim)

Agosto

Curso “Planejamento Público Participativo: Possibilidades e desafios para a promoção dos Direitos Humanos e enfrentamento às desigualdades”

Webinário “O atraso na realização do Censo e os impactos nas políticas públicas”.

Roda de conversa do aGosto Cultural 2021

Oficina 5 do pré-evento - ENEPCP 2021 com pauta desigualdades e Políticas Públicas: conceitos, ferramentas e dados para produção de ações públicas

Setembro

Participação do IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP)

Divulgação do resultado de seleção de episódios para o concurso de podcast

2ª edição do Boletim ObservaDesigualdades

Outubro

Participação no Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD)

Contribuição com um dos capítulos do ebook - “A igualdade terá rosto de mulher”

Novembro

2ª Edição do Curso Desigualdades e Ações Públicas para o Enfrentamento (início)

Mesa com o tema: “Crise(s): gênero e políticas públicas”, que aconteceu durante o I Simpósio Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF.

Mostra de Trabalhos e Vídeos de Ciência, Tecnologia e Inovação do XXXII, do Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (eCICT 2021)

Dezembro

2ª Edição do Curso Desigualdades e Ações Públicas para o Enfrentamento (fim)

3ª edição do Boletim ObservaDesigualdades

Finalização do Dossiê das Desigualdades (Tema: Educação), da 2ª edição do Glossário das Desigualdades e da 2ª Edição do Relatório Anual, para divulgação em 2022.

2ª edição do Glossário das Desigualdades

Glossário das Desigualdades: uma introdução

O Glossário das Desigualdades reúne verbetes sobre conceitos fundamentais para entender e transformar as desigualdades. Nele, apresentamos uma introdução em cada um dos temas. Sua construção é colaborativa, reunindo especialistas em cada um dos temas. Os verbetes são disponibilizados por meio de vídeos, áudios e textos, além de incluir referências de leituras.

Para contribuir com os verbetes, buscamos diversificar os perfis das pessoas que colaboraram com ele. Diferentes trajetórias, vinculações organizacionais, pontos de vista e campos de conhecimento estão presentes no Glossário. Este é um alerta importante porque indica que não existe uma única forma (ou a forma definitiva) de se definir um conceito. Por isso, convidamos você, que utiliza o Glossário, a utilizar este material como um ponto de partida, e buscar o seu caminho na construção de sua reflexão sobre desigualdades.

A ideia de termos um Glossário das Desigualdades surgiu quando estávamos organizando dois cursos de extensão que ofertamos em 2020: “Desigualdades e ações públicas” e o Conversatório “Descomplicando Gênero”. A partir do planejamento dessas atividades, constatamos a necessidade de desenvolver um material audiovisual que introduzisse cada uma das peças desse intrincado quebra-cabeça que é o jogo das desigualdades. Dessa forma, entendemos que o Glossário não só contribui com os cursos do Observatório, mas é um legado para qualquer pessoa interessada no tema.

O Glossário das Desigualdades é composto por 44 verbetes. Na primeira edição foram disponibilizados 27 verbetes (12 referentes às desigualdades e 15 às ações públicas para seu enfrentamento). Nesta 2ª edição do glossário você poderá conhecer mais 17 verbetes (11 sobre desigualdades e 6 sobre ações públicas para o enfrentamento). Que verbetes são estes? A seguir, você vai conhecer a segunda edição do Glossário, no formato texto. Lembramos que o material está disponível no nosso [site](#), [canal no youtube](#), [facebook](#) e [instagram](#).

clique nos ícones para acessar onde encontrar todos os verbetes:  

(Alguns) verbetes para entender as Desigualdades

A seguir, você encontra alguns dos verbetes do Glossário das Desigualdades. Veja mais verbetes no site, canal do youtube e redes sociais do Observatório.

CAPACITISMO

Texto construído a partir da colaboração de **Alseni Maria da Silva** (servidora da Universidade Federal do Cariri - UFCA e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB)

O conceito de capacitismo se refere ao grupo das pessoas com deficiência, que ao longo da história vem tendo suas capacidades subjugadas, o que envolve exclusão, preconceito e discriminação vivenciado por essas pessoas. Isso se dá, geralmente, por meio de atitudes veladas e, por isso mesmo, imperceptíveis.

Segundo Andrade (2015), capacitismo se configura como uma lógica que lê a pessoa com deficiência como não igual, incapaz e inapta tanto para o trabalho, o que inclui até mesmo cuidar da própria vida e tomar as próprias decisões, enquanto um sujeito autônomo e independente. Nesse sentido, o capacitismo se traduz em toda e qualquer forma de preconceito e discriminação que põe em xeque a capacidade da pessoa, em razão de sua deficiência.

Segundo Fiona Kumari Campbell o capacitismo está para o segmento da pessoa com deficiência assim como o racismo está para as pessoas negras ou o machismo para as mulheres: vincula-se com a fabricação de poder. O capacitismo se manifesta nas esferas sociais, públicas e privadas, negando a estes sujeitos possibilidades de participação em políticas de saúde, acessibilidade, educação, cultura e lazer. Tudo isto se deve ao fato de que, historicamente, disseminou-se um ideal de corpo funcional tido como “normal” para a raça humana, conceito ao qual Mello (2014) denomina corponormatividade. Portanto, quem não se enquadra nesses padrões é considerado menos humano.

Adriana Dias, uma das precursoras no estudo sobre capacitismo no Brasil, problematiza a organização do discurso capacitista a partir da formulação eugênica do século XIX.

Nas correntes teóricas que sustentam a contemporânea discussão acerca do capacitismo, três elementos estruturantes da construção social do capacitismo são considerados: (a) a compreensão da deficiência e a história da

eugenia; (b) o papel do conceito de normalidade e suas implicações na conceituação da deficiência e (c) a ofensiva mais recente do neoliberalismo e seus resultados nas populações marginalizadas, incluindo as pessoas com deficiência.

As atitudes capacitistas são diversas. Um exemplo são aquelas que partem da concepção da deficiência como condição que limita o ser humano em sua totalidade, razão pela qual, qualquer conquista, ou atitude emancipatória adotada por pessoas é considerada como um ato de superação. Isso envolve uma “heroicização” das pessoas com deficiência que, quando comparadas com as demais, são colocadas em posições superiores, já que seu desempenho se sobrepõe.

Uma situação diversa, mas que também decorre do capacitismo é a infantilização das pessoas com deficiência, utilizando abusivamente expressões no diminutivo, a exemplo de: rostinho, bonitinho, dentre outras. Também nesse sentido é recorrente a interlocução ocorra tão somente com pessoas acompanhantes daquelas com deficiências, sendo desnecessário cumprimentá-las, afinal, “elas sequer percebem nossa presença”.

Finalmente, é recorrente a rotulação de pessoas com deficiência como especiais, colocando em xeque sua capacidade de estudar, trabalhar, tomar decisões ou realizar com êxito as atividades cotidianas, das mais simples às mais complexas.

Quer saber mais? Leia:

ARAÚJO, Edgilson Tavares de. **Parcerias Estado e organizações especializadas: discursos e práticas em nome da integração/inclusão educacional das pessoas com deficiência.** 2006. Disponível [aqui](#).

DRADE, S. **Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz?** As gordas. 2015. Disponível [aqui](#).

Entre Cuidados. Edgilson Tavares. Spotify. Disponível [aqui](#).

MELLO, A. G. de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.**

MELLO, A. G. de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência.** 2014. Dissertação (Mestre em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CUIDADO

Texto construído a partir da colaboração de **Regina Stela Corrêa Vieira** (professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, doutora em Direito pela Universidade de São Paulo - USP).

O tema do cuidado ganhou muito destaque a partir dos anos 2000, devido às pesquisas sobre envelhecimento populacional, que apontam para um acelerado crescimento da população idosa em todo o mundo.

Para além disso, o cuidado entrou de vez nos holofotes durante a pandemia de Covid-19. Tornaram-se frequentes os imperativos “cuide de si”, “cuide das pessoas que você ama”, “cuide da sua casa” na mídia, sociedade civil, governos, empresas, no interior das famílias e nas relações de amizade.

Em termos acadêmicos, porém, a emergência das teorias do cuidado remonta aos anos 1980, nos Estados Unidos. Vale dizer que essas teorias partem de uma construção histórica dos movimentos de mulheres e estudos feministas relacionados à divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo, e sobre a invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico, remunerado ou não.

Nesse contexto, é tido como precursor das teorias do cuidado o trabalho de Carol Gilligan. No livro “Uma Voz Diferente”, de 1982, ela relata, a partir de uma pesquisa sobre as experiências de homens e mulheres diante de conflitos morais, diferentes formas de resolução desses conflitos: uma, por meio da “ética da justiça”, fundada em princípios racionais, abstratos e impessoais; e outra que ela chama de “ética do cuidado”, fundada em experiências singulares, no concreto e nos sentimentos.

Outras autoras, especialmente Joan Tronto e Susan Moller Okin, partiram da correlação feita por Gilligan entre a ética do cuidado e o comportamento das mulheres para ampliar os estudos do cuidado e relacioná-lo com outras disciplinas, como a Teoria Política.

Para Joan Tronto e Berenice Fisher o cuidado pode ser entendido como uma “atividade da própria espécie humana, que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor forma possível”. A partir delas, o conceito e as abordagens do cuidado se diversificaram, mostrando cada vez mais a complexidade desse fenômeno.

Na América Latina o desenvolvimento dos estudos sobre trabalho doméstico e de cuidado ganhou força especialmente no campo da Sociologia. Importante falar da emergência do campo por aqui, porque muito das

preocupações com a “crise do cuidado” e as “cadeias globais do cuidado” envolvem diretamente migrações do Sul para o Norte Global. Além disso, os arranjos do cuidado em países que já foram colônias, e que carregam desigualdades sociais internas muito marcantes, têm relevantes peculiaridades.

Pensando especificamente no Brasil, os estudos do cuidado têm como expoentes as Professoras Helena Hirata e Nadya Araújo Guimarães. Com base nelas, inclusive, é que podemos introduzir uma definição de cuidado.

Primeiro é importante dizer que é um desafio conceituar o cuidado, por ele ser polissêmico e possuir diversas dimensões, podendo ter um significado mais amplo ou mais específico de acordo com a vertente.

Uma pista para avançar é deixarmos um pouco de lado o substantivo “cuidado”, ou mesmo “trabalho de cuidado”, ou “atividades de cuidado”, porque esses não soam tão familiares. E partirmos para o verbo “cuidar” e expressões como “tomar conta”, que são de uso cotidiano e nos remetem a significados práticos. “Cuidar da casa”, “cuidar das crianças”, “cuidar de idosos” e até “cuidar do marido” são tarefas socialmente atribuídas às mulheres, seja de forma remunerada ou não.

Dessa pista, podemos apresentar um conceito amplo de “cuidado”, definido por Helena Hirata e Guita Debert. Para as autoras, cuidado é usado para descrever: “processos, relações e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras”, evocando um campo de ações amplo e cobrindo várias dimensões da vida social.

O conceito engloba desde “práticas, atitudes e valores relacionados com o afeto, o amor e a compaixão envolvidos nas relações intersubjetivas”, até as ações do Estado e políticas públicas voltadas aos segmentos da população tidos como dependentes”.

Ou seja, estamos falando desde a relação de cuidado de uma mãe com seu filho, uma avó com seu neto, a vizinha que ajuda a outra; mas também do trabalho de uma babá, de uma trabalhadora doméstica, uma cuidadora de idosos. E, também, de oferta de creches públicas; escolas infantis; serviços de limpeza doméstico; lavanderias comunitárias etc.

A partir desse conceito, e da multiplicidade e complexidade de temas que ele engloba, diversos são as formas de abordagem, as vertentes de estudo e as disciplinas que se interessam por ele.

Uma delas é a abordagem do cuidado como trabalho, que engloba debates sobre uso do tempo, os circuitos do cuidado, interseccionalidade e a bipolarização do emprego feminino. Isso leva a reflexões sobre o trabalho doméstico e de cuidado remunerado, que no Brasil envolve gênero, raça, classe e origem, sendo relevante destacar o tratamento desigual dado às

trabalhadoras domésticas, que na maioria são mulheres não-brancas, a precarização e desvalorização do seu trabalho etc.

Também permite pensar sobre as emoções presentes nesse trabalho, que vão desde o amor e o afeto até a culpa, a raiva e o nojo. Outra abordagem possível é da economia feminista, que revela cifras ocultas e demonstra como o sistema econômico depende do cuidado, desvalorizado e não remunerado para manter-se em funcionamento, ainda que o naturalize e não dê sua devida importância.

O cuidado também abre uma frente nas reflexões sobre cidadania, porque coloca no centro do debate a dependência e interdependência dos seres humanos e passa pela percepção de que somos todos vulneráveis, afinal todos precisamos ou precisaremos de cuidado em algum momento da vida.

Do ponto de vista da gestão de políticas públicas, é possível pensar na oferta de creches, no tratamento discrepante entre maternidade e paternidade e em debates sobre o cuidado no interior de arranjos familiares não heteronormativos. Por fim, destaco os debates jurídicos e de luta por direitos, que englobam a mobilização de décadas das trabalhadoras domésticas por igualdade, a regulamentação da profissão de cuidadoras, entre outros temas.

Quer saber mais? Leia:

ANGOTTI, Bruna (org.); VIEIRA, Regina (org.). **Cuidar, verbo coletivo**: diálogos sobre o cuidado na pandemia da Covid-19. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021. 256 p. Disponível [aqui](#).

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. **O gênero do cuidado**: desigualdades, significações e identidades. Ateliê Editorial, 2019. 296 p.

FARIA, Nalu (org.); MORENO, Renata (org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. 80 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 2). Disponível [aqui](#).

FARIA, Nalu (org.); MORENO, Renata (org.). **Análises feministas**: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo: SOF, 2012. 104p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 3). Disponível [aqui](#).

Dossiê Cuidado. Disponível [aqui](#).

VIEIRA, Regina Stela. **Cuidado no Direito**: invisibilidade e desvalorização do essencial trabalho doméstico e de cuidado. Coletiva. Dossiê Cuidado. Disponível [aqui](#).

Fenatrad – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Disponível [aqui](#).

Cuidar, verbo coletivo. Bruna Angotti; Regina Vieira. Spotify, 2020. Podcast. Disponível [aqui](#).

MARCONDES, Mariana Mazzini. **O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho:** contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. *Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*, p. 251-279. Disponível [aqui](#).

MARCONDES, Mariana Mazzini. **Transversalidade de gênero nas políticas de cuidado.** *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível [aqui](#).

DESIGUALDADE DE CLASSE

Texto construído a partir da colaboração de **Marília Duarte de Souza** (doutoranda em Administração da UFMG e pesquisadora da rede Trama).

Para falar de desigualdade de classe a primeira coisa a discutir é que não é a renda, a fonte, a faixa, ou o consumo que define a classe. De acordo com o exposto por Marx, na sociedade capitalista uma classe define-se por seu papel no ciclo de produção e reprodução do capital, cujo elemento determinante é possuir ou não os meios de produção.

Há duas grandes classes determinantes, a classe trabalhadora e a classe capitalista, é preciso compreender que essas classes se constituem em um movimento pautado em um processo de exploração de uma classe pela outra, um processo no qual uma classe se produz e reproduz por meio da exploração de outra classe e isso gera condições concretas de vida distintas e desiguais aos indivíduos componentes dessas classes.

A classe capitalista é aquela detentora dos meios de produção. Ela tem a propriedade privada dos meios que são necessários para se produzir os valores de uso necessários para suprir necessidades humanas. A classe trabalhadora são aqueles indivíduos que não possuem os meios para se produzir, uma vez que eles estão sob propriedade privada de outra classe, possuem apenas a sua capacidade de trabalho/força de trabalho. Por não possuírem os meios que são necessários para colocar essa força em ação, precisam vendê-la, ou seja, trocá-la por um salário, para assim ter acesso aos meios produzidos.

Assim, é importante salientar que a detenção privada destes meios de produção pela classe capitalista não é um processo natural e não é resultado de mero acaso, mas, um processo longo e violento de expropriação, abordado por Marx no livro um de “O Capital”.

A classe trabalhadora por não possuir os meios para se produzir, mesmo sendo ela quem tudo produz, precisa então vender sua força de trabalho e recebe em troca um salário. No entanto, o que ela recebe em troca é

apenas um mínimo necessário para se reproduzir enquanto trabalhadora e trabalhador, embora ela produza muito mais. Esse excedente é apropriado pela classe capitalista, assim, o acesso à riqueza produzida é determinado, a depender dessa classe, e a classe que tudo produz tem um acesso limitado por essa classe que possui a propriedade privada dos meios de produção. O desenvolvimento das potencialidades humanas na sociedade capitalista também é limitado por sua posição de classe. Dessa forma a reprodução da classe trabalhadora nessa sociedade se coloca apenas para reprodução de sua força de trabalho e não de todas as suas potencialidades, o acesso à riqueza produzida, ao conhecimento. Tudo é limitado a depender desta posição de classe.

É necessário compreender que tal limitação se coloca para as duas classes, uma vez que desse processo de expropriação resulta que os próprios indivíduos se encontram alienados de sua humanidade. Uma sociedade na qual produzimos alimento para que seja possível a população inteira se alimentar, mas que, segundo a Oxfam, ocorrem 11 mortes por fome no mundo por minuto. Esta limitação se coloca de forma mais intensa para a classe trabalhadora, uma vez que a possibilidade colocada para essa classe é de vender sua força de trabalho ou de morrer de fome.

É importante pensar que a classe trabalhadora é diversa, heterogênea, o que nos faz discutir pelo menos dois aspectos. Primeiro, dentro da classe trabalhadora há condições materiais de vida distintas que manifestam condições e intensidades de explorações também distintas. Isso depende tanto da divisão técnica e mundial em que determinada trabalhadora ou trabalhador se insere, e, também, das condições diversas e distintas que são produzidas pelo próprio engendramento com relações de opressão. É o caso, por exemplo, das condições das mulheres, pessoas negras e LGBTQTS, em relação às quais são distintas e muitas vezes a exploração se coloca de forma mais intensa. Tais condições concretas distintas podem se manifestar em relação a outras desigualdades.

É importante entender alguns aspectos para se compreender o movimento que engendra a relação de classes. Como traz Ferraz (2021), existem pelo menos quatro questões a serem analisadas ao se falar das questões de classe. Primeiro a estruturação econômica, a posição diante da propriedade, e o modo de distribuição das condições materiais de produção. O segundo aspecto são aqueles conflitos que se desenvolvem nos campos políticos, de acordo com os próprios interesses distintos e contingentes desses indivíduos, a depender de sua posição de classe. O terceiro aspecto é a consciência que se associa ou distância dessa posição. Pertencer ou não a uma classe não significa a consciência de pertencimento dessa classe, e as questões materiais distintas como colocamos aqui se colocam também para essa própria consciência. O quarto aspecto é a apropriação de classe nas lutas

concretas e no interior de uma formulação social.

Enfim, o que precisamos compreender é que a desigualdade de classe manifesta uma relação estabelecida por um movimento de exploração, o qual é produzido e produz o sistema de vida no capitalismo, é uma relação complexa que é permeada e permeia diversas outras relações de desigualdades.

Quer saber mais? Leia:

Ferraz, J. D. M. (2021). **Para além da prática empreendedora no capitalismo brasileiro**. Grupo Almedina.

Marx, K., & Engels, F. (2015). **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Boitempo editorial.

Marx, K. **O capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, K. **O capital: Crítica da economia política**. Livro III: O processo global de produção capitalista Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

DESIGUALDADE RURAL

Texto construído a partir da colaboração de **Joana Tereza Vaz de Moura** (professora do Departamento de Políticas Públicas e coordenadora do Laboratório de Estudos Rurais - LabRural - UFRN)

Para falar de desigualdade rural é necessário primeiramente compreender todo o processo histórico da concentração fundiária, que é a expressão máxima dessa desigualdade social.

De acordo com o último Censo Agropecuário, que foi realizado no país, em 2017, é possível perceber alguns aspectos importantes sobre o tema. As terras destinadas à atividade agropecuária ocupavam 39% de todo o território nacional, em 2006. Já em 2017, nota-se um aumento para 41% do território brasileiro ocupado por essas terras agricultáveis. Apesar de haver um aumento, é notório que existe uma repetição do que historicamente acontece no Brasil, país em que o agronegócio continua detendo a maior parte destas terras, mesmo que o número de estabelecimentos da agricultura familiar continue sendo maior do que o número de latifúndios. As grandes propriedades somam apenas 0,9% do total de estabelecimentos rurais brasileiros, porém, elas concentram 45% de toda a sua área rural.

Por outro lado, estes estabelecimentos com áreas menores que 10 equipes são representados pela pequena produção e pela agricultura familiar, que representavam mais de 47% do total de estabelecimentos no país, mas ocupavam somente 2,3% da área total.

De acordo com a análise desses dados constata-se que apesar do avanço do agronegócio brasileiro, em detrimento da agricultura familiar, também existe uma desigualdade rural muito forte presente no país. Além da concentração de terra, também é possível comprovar a concentração de renda. Segundo uma pesquisa realizada pelo IPEA, publicada em 2020, de 2006 a 2017 a receita total dos estabelecimentos da agricultura familiar cresceu 16%, enquanto nos estabelecimentos maiores esse crescimento foi de 69%. Ou seja, esta pesquisa mostra que ainda existe um processo de desenvolvimento que privilegia os grandes proprietários de terra, em detrimento da agricultura familiar.

Ademais, essa questão do avanço do agronegócio ainda carrega uma série de impactos, a exemplo dos impactos ambientais e a perda da biodiversidade, em função da supressão da vegetação nativa, o que também afeta consideravelmente o modo de vida das populações. Isso se nota devido um grande aumento dos conflitos fundiários, dos assassinatos, e expulsão das famílias de suas terras.

Portanto, este desequilíbrio na situação do campo no Brasil precisa ser corrigida, por meio da atuação do Estado, com a participação de atores sociais que estão presentes principalmente nos territórios rurais. Estas desigualdades só serão diminuídas a partir dessa articulação entre esses atores sociais e as diferentes esferas do governo, com foco em políticas territoriais. Dessa forma, o território passa a ser um mecanismo para delimitar ações de políticas públicas, buscando mudar as estruturas produtivas e as estruturas institucionais do espaço rural, com a finalidade principal de reduzir a desigualdade e reduzir a pobreza.

Com isso, a transformação produtiva deve articular a economia do território a mercados dinâmicos e a transformação institucional. Ainda, deve facilitar a interação dos atores sociais, aumentando as oportunidades para a população pobre, para que esses consigam se integrar ao processo de desenvolvimento, diminuindo, assim, a desigualdade rural.

Quer saber mais? Leia:

Site da OXFAM. Disponível [aqui](#).

Site do IPEA. Disponível [aqui](#).

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006. v.1.

BELTRÃO, K.; OLIVEIRA, F.; PINHEIRO, S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000 (Texto para discussão, n. 759).

CAMPOLINA, B.; SILVEIRA, F. **O mercado do trabalho rural: evolução recente, composição da renda e dimensão regional**. In: BUAINAIN, M. A.; dEdECCA, C. (Ed.). *Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília: IICA, 2009.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Edusp, 1998.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, v. 26, p. 79-112, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (orgs.) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002.

DESIGUALDADE URBANA

Texto construído a partir da colaboração de **Amiria Bezerra Brasil** (professora de Arquitetura e Urbanismo e coordenadora adjunta do Fórum Direito à Cidade Natal - UFRN)

A desigualdade urbana refere-se a desigualdades de acesso a bens, serviços e infraestrutura nas cidades pelos diversos grupos da sociedade, impactando especialmente os mais pobres. Refere-se, assim, à privatização dos direitos de parte da sociedade na cidade.

A cidade é um produto de uma condição coletiva, que envolve diversos atores, como o poder público, a prefeitura, o governo do estado e os grupos da sociedade civil; quem constrói formalmente, quem constrói informalmente, quem produz outros bens de consumo que não as construções, quem oferece serviços etc.

Cada um desses atores têm interesses específicos na produção da cidade. Como nos fala Roberto Lobato Corrêa em seu livro “Espaço urbano”. As ações desses atores produzem os espaços nas cidades de forma desigual, com mais investimentos em determinadas áreas, e menos em outras, e isso provoca uma valorização diferente pela cidade, como consequência quem pode pagar mais pelos bens e serviços da cidade escolhe onde se localizar, e quem não pode pagar caro se localiza onde consegue, ou seja, onde sobra. Assim, existem nas cidades áreas desiguais: algumas onde moram grupos sociais de alta renda com mais infraestrutura e serviços, e outras, onde moram grupos de baixa renda, em geral com muitas precariedades. Essa

separação dos grupos sociais no espaço urbano é definida por Flávio Villaça como segregação das classes sociais, em um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros.

A desigualdade destes espaços privam ou limitam grande parte da população de acesso aos bens, em especial, moradia, ou seja, aos serviços e equipamentos públicos, a infraestrutura urbana, como, água, esgoto e energia, e aos locais onde se encontram as ofertas de trabalho, que estão concentradas nas áreas mais valorizadas da cidade.

Essa população precisa muitas vezes construir cidade, construir os espaços para desenvolver as necessidades básicas e improvisar esses serviços que não estão disponíveis. Assim, como resistência e luta para reversão da desigualdade urbana, alguns autores trabalham com o conceito de direito à cidade, que vai além do direito a acessar o que a cidade oferece. Este conceito foi utilizado pela primeira vez pelo sociólogo francês Henri Lefebvre, e tem como objetivo fazer prevalecer o valor de uso, ao invés do valor de troca, nas cidades. Ou seja, que os direitos coletivos da maioria prevaleçam sobre os grupos individuais. O geógrafo britânico David Harvey complementa que o direito à cidade é o direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os nossos mais profundos desejos.

O direito à cidade está presente na legislação brasileira, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, que prevê, dentre os direitos sociais (art. 6º) o trabalho, a moradia, o esporte e o lazer. E, ainda, que define, nos artigos 182 e 183 (posteriormente detalhados pelo Estatuto da Cidade) como deve ser estabelecida a política urbana municipal, prevalecendo os direitos coletivos aos interesses individuais.

A partir do pensamento desses dois autores, e de outros que trabalham na mesma linha, considerando o marco regulatório brasileiro e a experiência do Fórum Direito à Cidade, acredita-se que a evolução da igualdade urbana só se dará com a construção coletiva da cidade, a partir da garantia dos direitos e interesses da maioria prevalecendo a vida, ao invés da mercantilização do espaço urbano.

Quer saber mais? Leia:

CORREA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

HARVEY, D. **A liberdade da cidade**. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Texto construído a partir da colaboração de **Luana Junqueira Dias Myrrha** (professora do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da UFRN e doutora em Demografia pela UFMG).

Para entender o que é o conceito da divisão sexual do trabalho precisamos voltar um pouquinho no tempo, antes do século 18. Nesse período, as habilidades de homens e mulheres eram consideradas biologicamente determinadas e, portanto, as mulheres nasciam para atuar em determinados trabalhos e os homens, em outros. Havia, então, uma divisão dicotômica no mundo do trabalho, fixando o que era trabalho masculino e o que era trabalho feminino. Essa dicotomia dividia, na verdade, dois ambientes: o ambiente do domínio público e o ambiente do domínio privado.

O domínio público era o ambiente onde os homens eram os principais personagens; onde se fixavam. Esse domínio é justamente o do trabalho que se realiza fora de casa, que é considerado produtivo, porque gera uma renda. O homem era aquele que ia trabalhar fora de casa, ganhar essa remuneração e, com base nela, podia prover o sustento da família. Considerando essa responsabilidade de provisão, o homem se isentava de qualquer trabalho doméstico ou cuidado com crianças.

A esfera do domínio privado, dos domicílios, do interior das casas, era de responsabilidade das mulheres; os trabalhos domésticos eram exercidos pelas mulheres e continuam até hoje. Por isso, as mulheres tinham (e tem) que dar conta de todos os afazeres domésticos (passar, lavar, cozinhar, cuidar das crianças, cuidar dos idosos, cuidar dos doentes, cuidar do marido). Esse trabalho reprodutivo é considerado improdutivo pela sociedade, na medida em que ele não é remunerado. Ele não é financeiramente reconhecido quando está sendo exercido pelo ente daquela família, ou seja, pelas mulheres que compõem uma família.

Quando se contrata uma empregada doméstica ou uma babá, esse trabalho passa a ser considerado produtivo. Isso porque a pessoa que faz esse trabalho é remunerada. Mas, quando é um indivíduo dentro do domicílio que o faz, esse trabalho é considerado improdutivo, na medida em que não gera uma renda. Mas, ninguém vive sem esse trabalho; ninguém consegue ir para a esfera pública e se inserir no mercado de trabalho, se não tiver o suporte do cuidado dentro das casas.

A divisão sexual do trabalho, desde então, evoluiu com o tempo. As mulheres passam a se inserir cada vez mais no mercado de trabalho. Com a Revolução Industrial, as mulheres passaram a ser uma mão de obra importante para as indústrias, principalmente porque era mais barata do que a mão

de obra dos homens. Os movimentos feministas também começaram a se fazer mais presentes. As mulheres passam, então, a conquistar o domínio público e a se inserir cada vez mais em outras atividades, que antes eram consideradas exclusivamente da esfera masculina.

Diante disso, ao longo do tempo nós temos essa mudança do domínio público e as mulheres passam inclusive a ser provedoras. Em muitas famílias são as mulheres as chefes de família, e não os homens, seja porque são elas que recebem maiores remunerações ou porque são elas as únicas que sustentam aquele domicílio. Um exemplo são as famílias monoparentais, em que se tem a mãe e filhos e filhas.

Importante considerar, ainda, para essa discussão o fenômeno da queda da fecundidade, que é o número de filhos ou filhas por mulher, e que se reduziu ao longo desse processo. Isso aumenta a possibilidade das mulheres se dedicarem mais ao domínio público, ou seja, ao trabalho remunerado fora de casa. Portanto, temos uma mudança nesse protagonismo no domínio público, que antes era exclusivamente dos homens.

Importante abrir um parêntese que as mulheres até hoje se inserem muito mais em ocupações que são extensões do cuidado, que já era exercido no ambiente doméstico. Por exemplo, as mulheres são maioria nas áreas de saúde e de educação, além do emprego doméstico. Historicamente, a sociedade coloca que as mulheres devem exercer esses papéis; que elas têm “habilidades” para lidar com esse tipo de trabalho, e não possuem as mesmas habilidades para outros tipos de trabalho. Isso é algo completamente incoerente, porque não é o fato de você nascer com o órgão genital masculino ou feminino que vai te capacitar, por exemplo, a cuidar melhor de uma criança ou não, de lavar uma roupa melhor ou não, de cozinhar melhor ou não.

Portanto, não é o sexo biológico que vai determinar as atuações no trabalho. As mulheres têm cada vez mais se inserido em ocupações que eram tipicamente masculinas, como as engenharias, tecnologias, e, inclusive, na construção civil, que demanda força física.

No entanto, os trabalhos das mulheres seguem sendo pouco valorizados, mesmo quando exercidos no domínio público, e isso se reflete nas estatísticas. As mulheres recebem salários mais baixos do que os dos homens. Em média, no Brasil, o que as mulheres recebem é quase 30% a menos do que os homens recebem. Isso acontece por dois motivos principais. O primeiro é que, mesmo as mulheres sendo mais escolarizadas, estão alocadas nos trabalhos mais precários, que permitem maior flexibilidade de horários, porque elas precisam atuar no domínio privado. As mulheres continuam sendo as principais responsáveis por este domínio, ou seja, pelo cuidado das crianças, dos idosos, doentes, do marido e da casa. Consequentemente, isso impacta na atuação delas no setor público e elas acabam sendo muitas

mulheres em uma só. Por isso, elas assumem trabalhos com jornada de tempo mais curta para poder conseguir se dedicar aos afazeres domésticos.

O segundo motivo que justifica a diferença de salário é a opressão e a discriminação que ocorre no mercado de trabalho. Mesmo quando elas estão em ocupações idênticas às dos homens, principalmente em cargos de gerência, as mulheres recebem menos do que eles. Em suma, nós temos que as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, mas permaneceram como cuidadoras, enquanto os homens não tiveram a mesma inserção no âmbito doméstico, ou seja, no trabalho não remunerado.

Como resultado, as mulheres estão sobrecarregadas em termos de trabalho total, porque elas têm dupla ou tripla jornada. Além disso, por elas precisarem cuidar, elas se ausentam mais do trabalho remunerado e também são mais demitidas. Como consequência, elas têm trajetórias descontínuadas dentro do mercado de trabalho e isso vai impactar, por exemplo, nos benefícios previdenciários. Muitas não conseguem ter o tempo necessário de contribuição porque não permanecem tempo suficiente para cumprir com as contribuições mínimas que a previdência requer. E mesmo aquelas que conseguem permanecer contribuem menos que um homem da sua mesma faixa etária e da sua mesma escolaridade, justamente porque elas precisaram sair mais no mercado de trabalho para cuidar. Essa situação permanece dentro da nossa sociedade e, portanto, precisamos falar, sim, da divisão sexual do trabalho.

Quer saber mais? Leia:

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cad. Pesqui., São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. Disponível [aqui](#).

BIROLI, Flávia. **Divisão Sexual do Trabalho e Democracia.** Dados, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, set.2016. Disponível [aqui](#).

SOUSA, LUANA PASSOS DE; GUEDES, DYEGGO ROCHA. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década.** Estud. av., São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. Disponível [aqui](#).

Desigualdade de gênero no trabalho doméstico não remunerado. Apresentação: Jordana Cristina de Jesus. Rasgaí, 4 mar. 2021. Podcast. Disponível [aqui](#).

DÍVIDA SOCIAL

Texto construído a partir da colaboração de **Danilo Tavares da Silva** (Professor de Direito Administrativo e Econômico da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e doutor em Direito pela USP).

Dívida social é a diferença entre dois níveis de bem-estar material: 1) aquele considerado como o adequado e 2) aquele em que efetivamente parcela da população vive.

Essa diferença decorre da privação dos direitos de acesso a bens e serviços de provimento obrigatório pelo Estado. É possível pensar essa questão em termos de uma espécie de “cesta básica cidadã de prestações estatais”, que abrangeria um rol de bens e serviços que o Estado tem a obrigação de fornecer, a fim de garantir um padrão de segurança e conforto material condignos com a noção contemporânea de cidadania.

Como as normas jurídicas regulamentam inúmeras obrigações do Estado de provimento de bens e serviços que não são cumpridas, podemos considerar que existe uma espécie de dívida para com aqueles que não têm acesso a bens e serviços públicos. O Estado figura como o devedor da dívida social por definição: estamos tratando da carência material que se expressa na ausência de provimento de bens e serviços que o ordenamento jurídico atribui como sendo de responsabilidade estatal.

Em última análise, dados os mecanismos de financiamento estatal, pode-se entender que se trata de uma dívida da sociedade consigo própria – cabendo aos “devedores” saldar a dívida junto aos “credores” por meio da ação redistributiva estatal.

Quer saber mais? Leia:

TAVARES, Danilo. **Por que e como devemos reconhecer a dívida social?** in Utopias para Reconstruir o Brasil. São Paulo: Quartier Latin, 2020.

Observatorio de la Deuda Social Argentina. UCA. Disponível [aqui](#).

FEMINIZAÇÃO

Texto construído a partir da colaboração da **Anabelle Carrilho da Costa** (professora do Departamento de Serviço Social e integrante dos grupos de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação – TEDis e do grupo Gênero, Política Social e Serviços Sociais – GENPOSS da UnB, doutora em Serviço Social pela UnB).

O conceito de feminização é muito importante no debate público das políticas sociais e no enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam a formação social brasileira.

Para introduzir o tema, é importante mencionarmos algumas referências notáveis para a discussão do conceito. Como é o caso da professora Silvia Yannoulas, que se dedica a essa discussão desde a década de 1990. É com base no pensamento da autora que desenvolvemos o presente verbete.

Com base em referências sobre o tema, podemos entender a feminização como um conceito difuso, mas de compreensão e discussão necessária. Essa ideia faz alusão à diversidade de fenômenos que o termo pode designar, descrever ou explicar. Podemos fazer um paralelo, por exemplo, com a feminização do envelhecimento ou a feminização da epidemia de HIV/AIDS, que designam o aumento de mulheres, a primeira entre a população idosa, e a segunda entre pessoas vivendo com HIV/AIDS. Há, ainda, a feminização da pobreza, que se refere às características diferenciadas de precarização, perda de renda e pauperização das mulheres.

O enfoque que trazemos no verbete prioriza a feminização do mercado de trabalho, ou seja, na análise da inserção e impactos causados pelas e sobre as mulheres nos distintos espaços profissionais, no entanto, acreditamos que as reflexões e definições realizadas são aplicáveis à feminização em sentido amplo.

A partir dos exemplos mencionados anteriormente, é possível perceber dois significados fundamentais da feminização, apontados por Silvia Yannoulas. Um primeiro significado, quantitativo, que se refere ao aumento de pessoas do sexo feminino (no mercado de trabalho, em determinadas profissões, entre a população idosa ou entre pessoas vivendo com HIV/AIDS, por exemplo). E um segundo significado, qualitativo, muito mais complexo, que se refere às transformações vinculadas à imagem simbólica do feminino, construída socialmente. Essa imagem simbólica opera mudanças significativas nesses espaços, às vezes com desregramentos, ou às vezes apenas reproduzindo as desiguais relações de gênero.

A feminização acontece, portanto, quando um fenômeno ou processo social toma feição feminina, quantitativa e qualitativamente. O feminizar-se só é possível então pela constituição de uma identidade feminina, construída em contraposição a uma identidade masculina.

Esta constituição identitária se dá fortemente no século XIX, sendo a identidade feminina pautada em duas argumentações. A primeira, a ecológica, que estaria amparada na função reprodutiva biológica e social que as mulheres deveriam desempenhar no espaço doméstico e privado. Ela se desdobra em uma argumentação essencialista, de que tal função reprodutiva conferiria às mulheres características consideradas naturais, como: fraqueza, irracionalidade, dependência e afetividade.

Por outro lado, a identidade masculina estaria ligada a uma função política, produtiva e pública dos homens, para as quais eles seriam naturalmente dotados de características como agressividade, racionalidade, independência e força.

Ao longo do século XX, esta construção identitária foi amplamente refutada e desconstruída pelas feministas, principalmente por meio da categoria gênero. Com base nela, foi questionado esse binarismo contido na correlação entre diferenças biológicas de fêmeas e machos e as construções sociais de ser mulher e homem (feminino e masculino).

Ainda assim, mesmo com muitas conquistas, a divisão sexual do trabalho continua a operar contemporaneamente, ao designar trabalhos e funções tipicamente femininos, a serem exercidos pelas mulheres, ligados às atividades domésticas e de cuidados. E, aos homens, trabalhos e funções relacionados ao mundo dito produtivo, relacionado ao público e político. A divisão sexual do trabalho não apenas opera essa separação, mas também hierarquiza tais funções: aquelas tipicamente femininas valem menos em termos de prestígio e salários e as masculinas valem mais, estando em permanente contradição.

Relações de gênero e divisão sexual do trabalho são categorias que integram outros verbetes, e que são fundantes para compreender o conceito de feminização e suas implicações teóricas e políticas, centrais para os estudos feministas e para as políticas sociais.

O fato é que estabelecer a importância da discussão e definição de um conceito de feminização que combine cada vez mais esses fatores quantitativos e qualitativos, é fundamental para visibilizar na agenda pública não apenas as demandas de políticas para as mulheres, mas de políticas de gênero, que, segundo a professora Lourdes Bandeira, são aquelas capazes de alterar estruturalmente as desigualdades histórica e socialmente construídas entre os sexos.

Quer saber mais? Leia:

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** Brasília: CEPAL/SPM, 2005. Disponível [aqui](#).

CARRILHO, Anabelle. **Invisíveis, mas necessárias: mulheres trabalhadoras da mineração.** Curitiba: Appris, 2021.

CARRILHO, Anabelle; RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Feminização do mercado de trabalho e política social: análise a partir da mineração.**

Caderno Espaço Feminino. Uberlândia, v.30, n.2, p. 193-210, jul.- dez. 2017. Disponível [aqui](#).

HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: UNESP, 2009.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações.** Brasília: Abaré, 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria.** **Temporalis.** Brasília, v.2, p. 271 – 292, 2011. Disponível [aqui](#).

PRÁTICAS EMPREENDEDORAS

Texto construído a partir da colaboração de **Janayna de Moura Ferraz** (professora de Administração da UFRN, pesquisadora no Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia, o NEC-TRA-MA e doutora em Administração pela UFMG).

A palavra empreendedorismo tem sido amplamente utilizada em diversas esferas da vida social: no trabalho, na faculdade e mesmo na conversa com amigos e amigas. O que não é mera coincidência, pois o empreendedorismo tem se consolidado como uma ideologia dominante em nosso tempo. Portanto, é importante que saibamos o que significa.

Aqui, entendemos por prática empreendedora um duplo movimento material, que combina empreendedorismo precarizado e inovação capitalista, ao integrar a pauperização da força de trabalho e o progresso tecnológico em torno do ciclo de reprodução do capital nos dias hodiernos.

E o que isso quer dizer? Diferente do que se tem dito acerca do “empreendedor por oportunidade” e “empreendedor por necessidade”, a realidade brasileira é que a situação majoritária dos micro e pequenos negócios é de ausência de inovação, atividades de baixa complexidade e rendimentos abaixo de 2 (dois) salários mínimos mensais, não sendo possível caracterizar

essas atividades como potencialmente lucrativas. Podemos afirmar que, no Brasil, a prática empreendedora tem se dado quase que completamente pela necessidade de reprodução da própria existência, com poucas exceções. Mais de 70% desses micro e pequenos negócios não têm empregados ou empregadas, e, aquelas que têm, geralmente envolvem familiares ou conhecidos, sem direitos trabalhistas assegurados e, devido ao baixo faturamento, pagam muito pouco.

Mesmo nos casos em que esses negócios são um pouco maiores e empregam pessoas – e conseguem, portanto, gerar e extrair mais valor – esse valor é insuficiente para que o capital se reproduza, isto é, não se acumula em quantidade para que o negócio cresça. Assim, a tendência no médio prazo consiste em elevar a exploração do trabalho, e no longo prazo, fechar as portas.

A outra ponta dessa história é a inovação capitalista, que pode ser representada pelo papel que Startups cumprem atualmente (ou empresas de crescimento rápido e que são 0,5% das empresas no Brasil). Mesmo sendo poucas, essas empresas atuam como um imenso laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), cuja pesquisa muitas vezes é proveniente das universidades públicas e os custos são socializados pelos próprios “sócios”. Assim, as grandes empresas podem prescindir de seus grandes centros de P&D: elas vão nesse mercado e compram apenas a ideia já desenvolvida e testada. Para quem compra é uma excelente oportunidade, já para os poucos que vendem pode ou não ser uma oportunidade. Mas, para os outros tantos que não conseguirão comercializar suas ideias, a situação é menos interessante.

Dessa forma, podemos perceber como a prática empreendedora vai além da ideologia e tem um papel importante nas condições de vida da classe trabalhadora.

Quer saber mais? Leia:

CARMO, Luana Jéssica Oliveira; ASSIS, Lilian Bambirra de; JÚNIOR, Admarco Bonifácio Gomes; TEIXEIRA, Marcella Barbosa Miranda. **O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal.** FGV EBAPE, Cad. EBAPE.BR, v. 19, n. 1, p. 18-31, 27 abr. 2020. Disponível [aqui](#).

FERRAZ, J. M. **Não são gigantes, são moinhos de vento:** As desventuras dos/as empreendedores/as em Terra Brasilis. Disponível [aqui](#).

FERRAZ, J. M. **Para além da prática empreendedora no capitalismo brasileiro.** São Paulo: Actual, 2021.

PAULO GALO. **A luta é por Direitos!.** 28 fev. 2021. Instagram: [@galodelutaoficial](#).

RACISMO

Texto construído a partir da colaboração de **Gevanilda Gomes dos Santos** (professora universitária aposentada e membro da Soweto Organização Negra, entidade paulista filiada a coordenação nacional de entidades negras - CONEN).

Para compreender o racismo, é importante iniciar analisando se as relações raciais de uma dada sociedade são igualitárias ou desiguais. Sabemos que cada grupo étnico dentro de uma dada sociedade tem características identitárias próprias e visão de mundo peculiar, o confronto e a hierarquização daquelas diferenças cria desigualdade social. Por sua vez, a desigualdade racial surge quando um grupo étnico se impõe sobre o outro com o uso da violência e da força bélica, no intuito de dominá-lo. A dominação social abre caminho para o racismo.

No Brasil, as relações raciais dizem respeito ao relacionamento dos grupos sociais originários e formadores da nação brasileira: o branco, o africano e o indígena e suas respectivas descendências e mestiçagem. Elas foram e ainda são extremamente desiguais. O relacionamento entre o branco e o indígena não é igualitário nem equânime, é um relacionamento conflituoso e racista. O racismo ao longo da nossa história (e sem anacronismos) tem vários sentidos e significados. A definição mais abrangente podemos dizer que é uma prática social extremamente violenta, desumana, que hierarquiza as diferenças entre os grupos sociais étnicos, estigmatiza os indivíduos por seus fenótipos, avalia e julga-os com o interesse em desvalorizar, submeter, obter vantagem pessoal, econômica, social, político, simbólica, para um grupo em detrimento do outro.

As formas correlatas do racismo são: o preconceito e a discriminação racial. Qual a diferença entre um e outro termo? O que os une?

O preconceito é um julgamento antecipado, unilateral, equivocado, sem conhecimento de causa que desqualifica o outro. Usualmente, o preconceito está no imaginário social e se reproduz, por exemplo, na comunicação, na linguagem e na linguística. No Brasil há preconceito quando utilizamos palavras pejorativas aos valores e a cultura de matriz africana ou indígena. Há também preconceito nas relações de gênero, que são classificadas como machismo, porque estigmatiza, desvaloriza e desumaniza a mulher.

A discriminação racial, é uma forma correlata do racismo que se manifesta em grau mais elevado. É uma atitude, uma prática social, que impõe separatismo entre os grupos étnicos, por exemplo, quando priva o outro do direito de ir e vir, ou seja, da liberdade de locomoção.

Os dois termos tem um ponto comum, tanto o preconceito como a discriminação racial se alimentam na crença da superioridade de um grupo étnico e na inferioridade do outro. Via de regra, a história mundial se acostumou a valorizar a civilização e a expansão europeia e difundir mundo afora os valores do individualismo, do racionalismo, o egocentrismo, o entesouramento, o patriarcalismo e o beligerantismo das guerras. Os demais padrões civilizatórios não ocidentais suncubiram ante as guerras entre as civilizações.

A visão histórica mundial da África ser o berço da humanidade foi apagada e silenciada. Além do perigo da história única, pouco diversa e acrítica, todos corremos o risco de mergulhar no contexto de extrema violência racial ou de gênero, que provoca a morte de negros e mulheres, que são denominados de genocídio e feminicídio.

O racismo mundo afora se apresenta de forma explícita ou não, mas o que significa dizer isso? Significa dizer que o racismo não se manifesta da mesma maneira. E, felizmente, ele tem sido cada vez melhor qualificado e compreendido. Nos Estados Unidos e na África do Sul, por exemplo, na época do sistema de apartheid, as sociedades incorporaram um modelo explícito e segregacionista. O preconceito, a discriminação e o racismo se apresentam na forma institucionalizada, ordenados por legislação, e adentra os governos e os aparelhos do Estado, a força militar ou policial garante o separatismo. No Brasil o racismo não é explícito, sua natureza é camuflada e disfarçada, é um fenômeno negado, tipificado como cordial. Mundo afora o racismo é tipificado como estrutural, institucional ou sistêmico. Racismo estrutural significa estar enraizado e com capilaridade por toda a sociedade, abrangendo as atividades culturais, perpassando as classe sociais, a comunicação, as instituições educacionais, de saúde e as instituições políticas. Quando é identificado nas instituições privadas ou públicas, incluindo seus profissionais, é denominado racismo institucional. O racismo incrustado mundialmente no sistema capitalista se denomina racismo sistêmico.

Portanto, o racismo se manifesta mundialmente e, em cada nação, adquire configuração social particular. Trata-se de um mecanismo típico da desigualdade social, da exploração econômica, da opressão social que subalterniza a população, os grupos e os indivíduos. No Brasil, geralmente quem está submetido a esta situação são os descendentes de africanos e os povos indígenas, todos não brancos. O conceito é complexo e sua compreensão requer abordagem multidisciplinar, juntando a filosofia, história, geografia, psicologia, política, dentre outras, e para compreendê-lo é necessário problematizar o seu papel na sociedade. Compreender como se manifesta nas classes sociais, com a sua evolução histórica: quais as

vantagens e desvantagens da sua prática, quem garante e se beneficia com sua existência, quem atua na sua construção e quem são os protagonistas do combate ao racismo.

Quer saber mais? Leia:

Davis, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **A Juventude Negra Brasileira**. In: _____. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018b.

GONZALEZ, Lélia. **A Questão Negra no Brasil**. In: _____. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018d.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: _____. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018g.

EVARISTO, Conceição. **A gente combinamos de não morrer**. In.: Olhos d'Água. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

NASCIMENTO, Abdias, 1991, **O Quilombismo: Carta, Falas, Reflexões, Memórias**. Informe, Brasília, Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 21-26.

RACISMO NO BRASIL

Texto construído a partir da colaboração de **Gevanilda Gomes dos Santos** (professora universitária aposentada e membro da Soweto Organização Negra, entidade paulista filiada a coordenação nacional de entidades negras - CONEN)

Para compreender a problemática do racismo na sociedade brasileira é importante destacar dois aspectos. Primeiro, a historicidade do fenômeno social consiste a sua história como o racismo se desenvolveu no Brasil, como ele se manifesta ainda na educação, no trabalho, na saúde, na cultura, nos meios de comunicação, na sociedade como um todo, porque assim podemos observar suas peculiaridades no âmbito interpessoal, no âmbito social e no âmbito político.

A importância de estudar o segundo aspecto, que é o caráter ideológico da ciência, está colocado porque a ciência no Brasil se comportou de forma a encobrir ou revelar e explicar tal fenômeno. Há três etapas principais: a

etapa eugenista; a etapa do racismo cordial, ou seja, da democracia racial (farsa da democracia racial) e a etapa do racismo estrutural. Estes aspectos da historicidade e o papel da ciência são importantes para nos ajudar a revelar os interesses da elite nacional e para a contestação do fenômeno do racismo pela resistência negra.

A historicidade do fenômeno racismo é uma perspectiva importante porque aborda a história de longa duração. Foram quase cinco séculos de dominação de negros e negras a partir da escravidão. Até hoje, a historicidade começa por localizar a origem deste fenômeno social, evidencia os conceitos de raça e escravidão para localizar e explicar a origem do racismo moderno à luz da etapa pré-colonial do capitalismo, e também relaciona dados históricos antes isolados. Um exemplo é o abolicionismo, que se entrelaça com o estímulo à imigração europeia na proclamação da república. A história do pensamento liberal no Brasil, também implantados a serviço da elite, é chave para explicar fatores inibidores da resistência negra e popular.

A historicidade refuta a história oficial dos vencedores, uma conta final que só fecha a favor das elites. Mas a equação fica sem solução para os subalternizados, que são os excluídos das vantagens sociais. Nessa perspectiva histórica o racismo mostra sua cara, ora eugenista, ora cordial e ora estrutural; tudo junto e misturado, com destaque para uma ou outra forma, a depender da correlação de forças entre resistência negra e acomodação racial.

Temos na nossa história episódios que confrontaram quilombismo e abolição oficial da escravatura, ou, ainda, a frente negra brasileira contra o mito da democracia racial. Isso envolve ainda, outras dimensões, como a legislativa, a exemplo da lei Afonso Arinos e a lei Caó. Ainda, o aspecto cultural e religioso, a exemplo das questões envolvendo o catolicismo e religião de matrizes africanas. Ou, ainda, as questões gênero: a beleza da mulher negra versus a beleza da mulher branca, a chefia doméstica da família negra versus a fragilidade da mulher branca. A hipersexualização do homem negro versus o poder do homem branco; o patriarcalismo colonial versus feminismo negro; a sensualidade da mulher negra versus o patriarcalismo colonial, a homofobia reinante na sociedade brasileira, dentre outros aspectos e contradições.

Atualmente reconhecemos os nexos históricos entre raça, escravidão e racismo nas frases midiaticizadas que traduzem a exploração econômica, a aculturação, alienação ou a contestação desses aspectos. Por exemplo: temos a frase “não há capitalismo sem racismo”, do Malcom X. Ou a de Conceição Evaristo: “eles combinaram de nos matar e nós combinamos de morrer”. Outra frase muito divulgada: “quando a mulher negra se

movimento, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, palavras da ativista Angela Davis, dos Estados Unidos. Estas são frases retiradas da nossa história protagonizada por negros e negras que precisam de aprofundamento histórico, ela incorporou uma historicidade crítica e decolonial capaz de desconstruir a pseudociência ou sua tímida ação no combate ao racismo. Essas frases são exemplos dessa historicidade que problematiza a superação da realidade e a chamada neutralidade científica.

A historicidade do racismo, desde os aspectos eugenistas passando pelo racismo cordial, até a popularização do racismo estrutural, são importantes para o reconhecimento do fenômeno social, revelam seu caráter ideológico em cada uma das etapas. Isso ajuda a sociedade a tipificar o racismo, a problematizar os agentes sociais da mudança ou de manutenção dessa realidade.

Como dito anteriormente, a palavra racismo, bem como seu estudo, é recente na sociedade brasileira e passou por diversos significados. No Brasil, surgiu há mais de 40 anos, com a luta contemporânea inaugurada com o lançamento do Movimento Negro Unificado (MNU), nas escadarias do Teatro Municipal, na cidade de São Paulo. Antes o fenômeno foi negado, disfarçado e tratado como preconceito de cor. Atualmente o Brasil está se reeducando no campo das relações raciais e aprendendo a reconhecer e analisar as relações raciais a partir do conceito do racismo estrutural, mas isso é uma outra história...

Quer saber mais? Leia:

Davis, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **A Juventude Negra Brasileira**. In: _____. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018b.

GONZALEZ, Lélia. **A Questão Negra no Brasil**. In: _____. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018d.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: _____. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018g.

EVARISTO, Conceição. **A gente combinamos de não morrer**. In.: Olhos d'Água. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

NASCIMENTO, Abdias, 1991, **O Quilombismo**: Carta, Falas, Reflexões, Memórias. Informe, Brasília, Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 21-26.

(Alguns) verbetes para entender as ações públicas para o enfrentamento das desigualdades.

A seguir, você encontra alguns dos verbetes do Glossário das Desigualdades. Veja mais verbetes no site, canal do youtube e redes sociais do Observatório.

AÇÕES AFIRMATIVAS

Texto construído a partir da colaboração de **Renato Emerson Nascimento dos Santos** (Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ e doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF).

As ações afirmativas são uma forma de construir políticas públicas, que vêm ganhando força no Brasil nos últimos 20 anos, por causa das lutas do movimento negro brasileiro, na sua busca pela construção de um projeto de nação que seja baseado na igualdade real e no conceito de democracia que seja substantiva e concreta.

O termo ações afirmativas surge na experiência estadunidense de atendimento às reivindicações do movimento negro dos Estados Unidos pelos direitos civis na década de 1860, mas o princípio das ações afirmativas e de correção de desigualdades e injustiças históricas, através de ações focalizadas, voltadas para grupos socialmente desfavorecidos, é anterior. A literatura reconhece o caso da Índia no processo de descolonização e independência da Inglaterra como a primeira ocorrência, sucedida por outros casos na Ásia e na África, em países com contexto de descolonização, até chegar aos Estados Unidos na década de 1960.

No Brasil, desde os anos 1980, na esteira do enfraquecimento da ditadura e da redemocratização, começaram a ser desenvolvidas as primeiras experiências, que ganharam mais força no século atual. Isso se deu principalmente após o processo de preparação para a “Conferência Mundial Contra o Racismo da ONU” em Durban, na África do Sul, em 2001, para definir ações afirmativas.

Neste contexto, adotou-se o conceito trazido pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, no seu livro “Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade”, em que ele diz que elas consistem em políticas públicas, e também iniciativas privadas, voltadas à conscientização do princípio constitucional da igualdade material e a

neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional, de compleição física, impostas ou sugeridas pelo Estado por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas. As ações afirmativas visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural e estrutural, enraizada na sociedade. Elas possuem cunho pedagógico e não raramente, caráter de exemplaridade. As ações afirmativas têm como meta também o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, enfocando nos atores sociais a utilidade da necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade, nas mais diversas esferas do convívio humano.

A definição do Joaquim Barbosa é importante, pois traz três aspectos importantes com uma definição abrangente. Primeiro, ela define ou indica quem são os atores implementadores, qual é o escopo dessas políticas, que é o fato social gerador dessas políticas, o seu caráter múltiplo, os objetivos, enfim uma série de aspectos. Em segundo, essa definição discute o papel dos agentes competentes ao indicar o combate à neutralização dos efeitos, o cunho pedagógico, a exemplaridade e o engendramento de transformações. Em terceiro lugar, essa definição enquadra as ações afirmativas como uma crítica à construção da sociedade, as práticas manifestas ou veladas abertas ou sutis elementos culturais, o ordenamento jurídico, a dimensão educacional de formação humana em educação de valores, enfim uma série de aspectos que como uma definição ampla ela traz. Isso quer dizer que as ações afirmativas a partir daí buscam a igualdade como um resultado, e não como um pressuposto uma premissa sem lastro da realidade e a neutralização das cadeias de causas das desigualdades, como a discriminação as formas em colocações de visões de mundo que classificam e hierarquização os grupos dando base para essas discriminações.

Isso significa, portanto, operar com três focos. Primeiro foco nas práticas de discriminação, o funcionamento e atendimento desigual de instituições que é o chamado racismo institucional. O segundo foco nos efeitos, que são os resultados sociais das discriminações nos estratos sociais desiguais e o terceiro foco é nos fundamentos nas bases que constituem e dão lastro a essas práticas.

É possível agrupar as ações afirmativas dentro da experiência desenvolvida no Brasil, que é uma ampla experiência nesses últimos 20 anos, em cinco modalidades de políticas: 1) repressivas; 2) de valorização; 3) de combate direto à desigualdade; 4) de combate ao racismo institucional; 5) de ampliação de espaços de interlocução e representatividade política.

As políticas repressivas enquadram aquelas voltadas para acusação e prisão, ou seja, para criminalização das práticas de discriminação presumida ou

manifesta, não apenas a criminalização através das leis (como a Lei Caó), mas também a criação de delegacias especializadas em crimes raciais, serviços de denúncia, como S.O.S racismo. Estas políticas vêm se deslocando do controle coativo, mais repressivo, para também agregar elementos de persuasão de agentes, com novas ações na esfera jurídica, como litigância e termo de ajustamento de conduta, que também possuem um papel educativo.

O segundo tipo é das políticas de valorização. São aquelas voltadas à ampliação do reconhecimento por reforço da identidade para construção de subjetividades. São políticas que buscam equilibrar a representação dos diferentes grupos que compõem a nossa nação. No campo da educação, são exemplos: a Lei 10.639/2003 (obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira); políticas de patrimônio histórico e cultural tombamentos (como o caso da Serra da Barriga onde era situado o Quilombo dos Palmares); a criação de museus, como Museu Afro Brasil e museus negros vêm sendo criados em diferentes lugares; a patrimonialização do Cais do Valongo no Rio de Janeiro, reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade; a definição do dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, que em diversos lugares é feriado. Pode enquadrar também como políticas de valorização as políticas de reconhecimento territorial de comunidades quilombolas, que ressignificam o passado negro, não apenas de quilombolas mas de toda a população negra do Brasil, assim como também políticas de mídia (ex: campanhas, prêmios, etc.), incluindo a presença negra em peças de marketing.

A terceira modalidade são as políticas de combate direto à desigualdade. São aquelas que têm uma incidência direta em impactos sociais, impactos esses estatisticamente mensuráveis, como as políticas de reserva de vagas em concursos e outros processos seletivos como vestibulares, o Enem etc. Inclui, ainda, a política de definição de cotas de participação, como as políticas voltadas para candidaturas partidárias, e, também, políticas de recrutamento ativo, em que empresas buscam os talentos onde eles estejam disponíveis, onde eles estejam existentes. Outro exemplo dessas políticas de combate à desigualdade são as políticas de fortalecimento de indivíduos do grupo desfavorecido em processos de disputa, como por exemplo cursos preparatórios para vestibular, cursos preparatórios para pós-graduações ou para concursos.

O quarto tipo de política são as de combate ao racismo institucional, que visam interferir no comportamento de instituições e, também, limitar a reprodução de estereótipos e comportamentos que afetam o acesso a oportunidades iguais dos indivíduos aos serviços que as instituições prestam. Coletar e difundir informação sobre o quesito cor dentro de instituições, promover diálogos e atividades junto aos seus quadros funcionais; essas são formas de fazer com que as instituições funcionem de maneira equânime

no seu atendimento ao público.

Finalmente, o quinto tipo é o das políticas de ampliação de espaços de interlocução e representatividade política. Elas incluem a criação de aparelhos institucionais voltados para a temática racial, com o objetivo de ampliar a participação da comunidade negra junto a setores do Estado em âmbitos federal, estadual, municipal ou também voltadas para a criação de órgãos de proposição, assessoramento, implementação e avaliação de ações afirmativas. São exemplos: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, que teve, durante um tempo, o status de ministério; a criação do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial e do SNPIR, sendo que esse último é um conjunto articulado de órgãos nas esferas federal, estaduais e municipais, voltados para a promoção de igualdade racial, além de comissões assessoras também. Órgãos também na esfera municipal também possuem iniciativas semelhantes. No Rio de Janeiro, existe o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro. Em síntese, existe um amplo leque de políticas de ações afirmativas.

Quer saber mais? Leia:

CARVALHO, José Jorge (2005). **O confinamento racial do mundo acadêmico**. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006.

GUIMARÃES, R. S. (2013). **Afrocidadanização: Ações Afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Selo Negro.

LEHMANN, David (2018). **The Prism of Race: The Politics and Ideology of Affirmative Action in Brazil**. By. Ann Arbor: University of Michigan Press.

NASCIMENTO, Alexandre (2012), **Do direito à universidade à universalização de direitos: O movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa**. Rio de Janeiro: Litteris Editora.

PEREIRA, Amauri, CRUZ, Eliane & OLIVEIRA, Luiz Fernandes. (2016). **Por uma formação docente intercultural e pluriétnica na UFRRJ**. Laplage Em Revista, 2(3), p.57-69.

SANTOS, Renato Emerson dos (2021). **As cotas e a presença negra reeducam a universidade brasileira**. In: Sánchez, Fernanda Et. al. (Orgs.). Escola em Transe: Escola de Arquitetura e Urbanismo nº3 - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital.

SANTOS, Sales Augusto (2021). **Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial: lócus de constrangimento ou de controle social de uma política pública?**. In: O Social em Questão - Ano XXIV - nº 50 - Mai a Ago.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Josenilton Marques da Silva. **Nota Técnica nº 17.** Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. Brasília: Ipea, 2014.

SOARES, Claudete Gomes (2012). **Raça, classe e ação afirmativa na trajetória política de militantes negros de esquerda.** Política & Sociedade - Vol. 11 - Nº 22 - Novembro.

AÇÃO PÚBLICA

Texto construído a partir da colaboração de **Fábio Grigoletto** (professor de Administração da Universidade Federal de São Carlos -UFSCar e doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo- FGV/EAESP).

Podemos iniciar contextualizando o conceito. A noção de ação pública é voltada para a investigação das formas de estruturação das relações entre governantes e governados. Sua origem remete à compreensão de que a ordem política se produz em sociedades cada vez mais complexas, fragmentadas e abertas ao exterior, como argumenta Muller (2000). Embora possamos identificar diferentes linhas teóricas de análise da ação pública, esse é um ponto de partida comum: a constatação de que o Estado não constrói sozinho o espaço público e os problemas próprios dessa esfera (Lascoumes; Le Galès, 2012), lógica agravada pela globalização econômica e cultural.

Um dos marcos iniciais dessa proposição foi a publicação do livro “O Estado em ação” de Bruno Jobert e Pierre Muller, em 1987. Ainda que apresentando um caráter multidisciplinar, o campo de estudos da ação pública é fortemente influenciado por trabalhos realizados no âmbito da sociologia política francesa. Em linhas gerais, é possível afirmar que estamos tratando aqui de uma perspectiva teórica assentada sobre duas grandes tradições das ciências sociais: a interpretativa e a crítica (Carvalho, 2015). A partir da identificação de suas bases iniciais, podemos observar o desenvolvimento do conceito. Nos estudos sobre o tema, a ação pública é vista como um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos, quanto por finalidades, conteúdos e projetos variados portados pelas pessoas (Lascoumes; Le Galès, 2012). Thoenig (1997, p. 28) define a ação pública como “a maneira como uma sociedade constrói e qualifica problemas coletivos e elabora respostas, conteúdos e processos para abordá-los”. Massadier (2003, p. 84), por sua vez, define a noção como “um conjunto de ações múltiplas, mais ou menos coordenadas num espaço social mais ou menos unificado”. Em proposição mais recente, o Professor Peter Spink,

dando destaque ao papel histórico da sociedade na formulação e resolução de problemas públicos, fala em linguagens de ação pública. Para ele, trata-se do repertório de práticas linguísticas empregadas em processos sociais em ação voltados para a dimensão pública. Portanto, vê a ação pública como um fluxo contínuo de ideias que não pode ser envelopado no conceito de políticas públicas ou na noção de ação estatal.

Há desdobramentos da formulação do conceito da ação pública. Primeiro, ultrapassamos abordagens funcionalistas e modelos lineares de ação e racionalidade, ou seja, aquelas visões verticais das políticas públicas e seus processos. Segundo, amplia-se o campo temático e a pluralidade de contextos de ação e de atores que são tomados como significativos para a análise das políticas públicas. Terceiro, amplia-se mesmo a noção daquilo que é tomado como público, já que este é visto como um espaço de controvérsias que inclui o Estado, o poder soberano, mas nele não se encerra (Carvalho, 2015). Por fim, cabe destacar que a própria noção de políticas públicas foi fortemente impactada pelas abordagens de ação pública, sendo vista como um processo social temporalmente situado, institucionalmente condicionado, além de impulsionado ou constrangido a depender dos esquemas interpretativos hegemônicos, episódica ou permanentemente, na definição da natureza dos problemas públicos merecedores de atenção.

Uma consideração importante a se fazer é que a noção não representa uma negação do papel do Estado. Pelo contrário, ao abandonar a visão do Estado como um ente uno e coerente, como se fosse um monólito, rompe-se com a fetichização do processo decisório estatal, assim ampliando a compreensão de sua permeabilidade. Por fim, os modos de articulação com atores não-estatais, sua intensidade e amplitude, tornam-se objetos de análise empírica, visando a compreensão da participação do Estado na ação pública.

No contexto brasileiro, além do já mencionado trabalho de Spink (2019), a abordagem vem sendo empregada na análise da construção de políticas públicas para a agricultura familiar (Grisa, 2012), de conflitos territoriais e ação coletiva na Amazônia (Teisserenc; Teisserenc, 2018; Teissenrec, 2010), de arranjos organizacionais da economia solidária (Momesso, 2020), além das relações entre espaço e ação pública (Mello-Théry, 2011).

Quer saber mais? Leia:

CARVALHO, Luís Miguel. As políticas públicas de educação sob o prisma da ação pública: esboço de uma perspectiva de análise e inventário de estudos. *Currículo sem fronteiras*, v. 15, n. 2, p. 314-333, 2015.

DE MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 01, p. 11-19, 2011.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'état en action**. Paris: PUF, 1987.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 18, 2012.

MASSARDIER, Gilles. **Politiques et action publiques**. Paris: Armand Colin, 2003

MULLER, Pierre. **L'analyse cognitive des politiques**: vers une sociologie politique de l'action publique. *Revue Française de Science Politique*, 50 (2), 189-208, 2000.

SPINK, Peter Kevin. **Beyond public policy**: a public action languages approach. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2019.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 29, 2010.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Texto construído a partir da colaboração de **Morgana Gertrudes Martins Krieger** (Professora de Gestão do Desenvolvimento da Universidade Federal da Bahia - UFBA e doutora em Administração Pública e Governo pela FGV/EAESP).

Para apresentarmos uma definição de organizações da sociedade civil é importante salientarmos que existem, pelo menos, três formas de explicar (e, também, de analisar) este conceito.

Uma delas parte da própria existência empírica deste tipo de organização. Elas não pertencem nem ao setor governamental, isto é, não integram diretamente os órgãos da administração pública, e, também, não integram o campo das organizações que buscam obter lucratividade a partir da sua atuação. Estas organizações e o campo em que elas se inserem foram chamados de forma diferente ao longo dos anos.

Inicialmente, o termo organização não governamental, ou ONG, foi bastante utilizado. Esta utilização do termo se deu principalmente por influência da ONU, que, no artigo 71 da Carta das Nações Unidas, diz que, além de atuar com organismos internacionais e com entes estatais,

esta pode consultar organizações não governamentais.

Na América Latina, o termo ONG passou a representar organizações que surgiram de movimentos sociais e das lutas contra ditaduras, em uma perspectiva mais politizada. Por exemplo, no Brasil a ABONG – Associação Brasileira de ONGs, reúne um grupo específico de organizações que trabalham na defesa e promoção dos direitos e bens comuns.

O campo dessas organizações também foi chamado de Terceiro Setor, termo que foi utilizado inicialmente para identificar as organizações sem fins lucrativos dos Estados Unidos, e representa um outro setor, que não o governamental e não o mercado.

E, de forma mais recente, estas organizações têm sido chamadas de “organizações da sociedade civil”. Para compreender melhor a existência e a atuação destas organizações, uma dica é acessar o Mapa das Organizações da Sociedade Civil desenvolvido pelo IPEA.

A segunda forma de olhar para este conceito é a partir de sua perspectiva jurídica. No Brasil, o marco legal mais recente é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade, conhecido como MROSC. Esta lei, que busca constituir um novo regime jurídico para parcerias realizadas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSCs), também define uma classificação dessas organizações, que são, segundo a lei: 1) as entidades privadas sem fins lucrativos, que não distribuem lucros e que aplicam seus resultados financeiros integralmente no alcance dos seus propósitos; 2) alguns tipos de cooperativas, envolvendo por exemplo, as cooperativas sociais; 3) as organizações religiosas que se dediquem a projetos de interesse público que vão além do objetivo de professar sua fé. Por fim, a última forma de examinar ou explicar as organizações da sociedade civil é a partir de sua compreensão acadêmica. Em diálogo com o campo, a academia também já chamou estas organizações prioritariamente de ONGs ou como parte do Terceiro Setor. Mas, especificamente sobre organizações da sociedade civil, o que se entende por “sociedade civil” tem bastante relevância e é historicamente disputado.

Por exemplo, o termo sociedade civil dentre os contratualistas – isto é, Hobbes, Locke e Rousseau – já explicitada acepções diferentes do que seriam as sociedades em seu estado de natureza, ou após a contratualização social. Para Marx, a sociedade civil era entendida como sinônimo de sociedade burguesa, representando o conjunto das relações econômicas constituintes da base material da sociedade. Logo, a construção do bem comum e da transformação social não poderiam ocorrer na sociedade civil.

Nas últimas décadas, o termo “sociedade civil” vem acoplado à perspectiva de democratização de estados totalitários, isto é, a sociedade civil seria

composta por aqueles que almejam a democracia por aqueles que, por meio do seu processo de auto-organização voluntária, exercem a democracia cotidianamente. Esta perspectiva é elaborada principalmente por Cohen e Arato, dois autores estadunidenses de sociologia política, na década de 1990.

Em tempos mais recentes, vem emergindo um braço acadêmico preocupado com a sociedade “incivil” ou não-civil, que seriam as formas de organização – institucionalizadas ou não – voltadas a fins não democráticos e segregacionistas.

O conceito de organizações da sociedade civil para a academia é disputado, assim como suas práticas, e não há um conceito único que agregue toda a pluralidade de organizações que não fazem parte do Estado ou do Mercado, ou que ainda tenham características híbridas.

Quer saber mais? Leia:

ENAP. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**. Disponível [aqui](#).

SOUZA, Aline Gonçalves de; VIOTTO, Aline; DONNINI, Thiago (coord.). **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: avanços e desafios**. 1. ed. São Paulo, 2020. Disponível [aqui](#).

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro setor: as origens do conceito**. Disponível [aqui](#).

ANDION, C.; SERVA, M. **Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil**. Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social, v. 4, n. 7, p. 7–24, 2021. Disponível [aqui](#).

LAVALLE, A. G. **Crítica ao modelo da nova sociedade civil**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 47, p. 121–135, ago. 1999. Disponível [aqui](#).

AVRITZER, L. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política**. Opinião Pública, v. 18, n. 2, p. 383–398, nov. 2012. Disponível [aqui](#).

KRIEGER, M. G. M.; ANDION, C. **Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica**. Revista de Administração Pública, v. 48, n. 1, p. 83 a 110, 3 fev. 2014. Disponível [aqui](#).

Organização das Nações Unidas (Nova York). **Trabalhando com ECOSOC: Guia para ONGs como obter o status consultivo**. 2012. Disponível [aqui](#).

Portal OSCs. Disponível [aqui](#).

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Texto construído a partir da colaboração de **Suylan de Almeida Midlej e Silva** (professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília-UnB e doutora em Sociologia pela UnB).

Para começar, vamos apresentar uma definição do que é participação social. Existem vários conceitos de participação, mas aqui utilizamos o de Carole Pateman (1992). Em sentido amplo, ela define participação como um processo no qual duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na tomada de decisões (Pateman, 1992). Ela lembra de algo muito importante: “estar em posição de influenciar uma decisão não é o mesmo que estar em posição de (ter o poder para) determinar o resultado ou tomar essa decisão” (Pateman, 1992, p. 96). Isso significa que é preciso participar com muita vontade de querer influenciar as decisões, sabendo que precisamos lidar com outros atores sociais que também estão interessados naquele determinado tema.

Pateman (1992) também ressalta que quanto mais os cidadãos e as cidadãs participam, mais elas se tornam capacitadas para isso. Ou seja, há um caráter educativo no ato de participar, tanto para os grupos organizados, como para a sociedade de forma geral. Da mesma forma, esse caráter educativo alcança também os órgãos públicos envolvidos, diante da necessidade de negociações, diálogos e confrontos.

Esse tipo de participação vai além da participação via voto eleitoral, que acontece em períodos específicos. Essa participação requer tomar parte de processos de decisão, com a intenção clara de influenciar seus resultados.

A participação cidadã nas políticas públicas no Brasil começou a acontecer de forma mais sistemática e institucionalizada a partir da redemocratização do Estado, no final da década de 1980. Isso não quer dizer que antes disso a sociedade brasileira não tenha despertado para esse agir participativo. A participação sempre foi uma conquista social, fruto do amadurecimento da sociedade.

Durante o processo constituinte houve uma forte mobilização social que ajudou a construir a Constituição Federal de 1988, que passou a prever a participação cidadã na gestão de políticas públicas, nos âmbitos federal, estadual e municipal. A sociedade clamava por participação direta nas decisões governamentais, reagindo à ditadura militar, que prevaleceu de 1964 a 1985. Essa grande mobilização da sociedade levou à institucionalização da participação social nas políticas públicas.

O que significa isso? O que mudou depois da Constituição de 1988? Foram

regulamentados diversos institutos de participação nas esferas federativas brasileiras. Isso inclui: União, estados e municípios, sendo reconhecidos novos papéis às organizações da sociedade civil, que passaram a atuar em diversos mecanismos de participação fixados em normas constitucionais, a exemplo dos conselhos, comissões ou comitês participativos; audiências públicas; consultas públicas, ouvidorias, referendums e plebiscito administrativo; organizações sociais; e orçamento participativo (Perez, 2009).

Atualmente, além desses mecanismos de participação social, canais virtuais de todos os tipos, via internet ou telefone, vêm sendo criados para emissão de opiniões, sugestões e críticas sobre a gestão de políticas públicas em vários lugares do país, tendo sido observada constante participação da sociedade civil.

Não podemos subtrair a necessidade de que esses espaços sejam estruturas democratizadas. O que significa que os papéis precisam estar bem definidos, com regras claras e limites para que todos participem de forma justa e igualitária. Isso tem muita relação com o sistema político e com os modelos de gestão pública.

Precisamos lembrar que participação social é um pressuposto da democracia. Sem estarmos imersos em um sistema democrático, e sem a prática de uma gestão pública aberta à participação da sociedade, pouco podemos fazer para participar concretamente das decisões políticas que afetam a população.

De 2003 a 2016 houve uma considerável abertura da Administração Pública para a participação social na gestão das políticas públicas. O que, contudo, estava longe ainda de representar uma relação Estado e sociedade ideal no que se refere aos processos decisórios.

Mas, desde o início de 2019, estamos vivenciando um presidencialismo explicitamente intolerante com a participação social. Nota-se um retrocesso no que se refere aos canais de participação. O principal exemplo foi o decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 (Brasil, 2019), que extinguiu instituições participativas existentes desde a década de 1990. Esse decreto representa a extinção de muitas dessas instituições ou interferência em suas dinâmicas de trabalho.

É fato que a participação social nas políticas públicas não depende unicamente da abertura de mecanismos por parte do Estado, porém, o Estado é um espaço público por excelência para a elaboração e execução das políticas públicas, com participação de atores sociais e estatais. Só assim, cidadãos e cidadãs poderão exercer o controle social.

O que se espera hoje é que os modelos de gestão pública continuem garantindo mais participação, mais decisão compartilhada e mais políticas públicas de interesse da sociedade.

Quer saber mais? Leia:

Brasil (2019). **Diário Oficial da União**, publicado em 11/04/2019. Edição: 70-A, Seção1–Extra, p.5. Disponível [aqui](#).

Pateman, C. (1992). **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Perez, M.A. (2009). **Administração Pública Democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte: Fórum.

POLÍTICA PÚBLICA

Texto construído a partir da colaboração de **Mariana Mazzini Marcondes** (professora de Administração Pública e Gestão Social/DAPGS e coordenadora do Observatório das Desigualdades da UFRN e doutora em Administração Pública e Governo pela FGV/EAESP).

Para introduzirmos nossa definição de políticas públicas, podemos considerar que a pergunta “O que é política pública?” tem muitas respostas, como Joan Subirats e Stella Theoudolou. Apesar das diferenças entre essas respostas, há um certo grau de consenso sobre o que está em disputa nas definições. É o que Leonardo Secchi chama de nós conceituais. Na discussão que vamos apresentar, chamamos esses nós de blocos conceituais e adicionamos um quarto. Entendemos que, com base nesses blocos, é possível que cada pessoa monte seu conceito, desde que mantenha a coerência com as posições assumidas. A montagem do nosso conceito parte desses/as e outros/as autores/as citados/as e, especialmente, de Marta Farah.

O primeiro bloco conceitual pode ser introduzido por uma pergunta: política pública é um monopólio do Estado? Em outras palavras: O Estado é o protagonista? Há diferentes respostas, que vão desde abordagens mais “estadocêntricas” até as “multicêntricas”. Há definições como a de Dye, para quem a política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Por outro lado, há autores que trabalham a ideia de ação pública, como Peter Spink. Nesse caso, não só o Estado protagoniza essas ações, mas também a sociedade civil, que pode atuar inclusive em contraposição ao Estado. Essa segunda abordagem é um campo muito rico para quem discute Gestão Social. Em nossa definição, vamos considerar o Estado como um ator relevante para o processo de política pública, mas vamos adotar a noção de ação pública. Nesse sentido, podemos entender como parte de uma política pública tanto a criação do Programa de Aquisição de Alimentos, quanto às ações de cooperativas de economia solidária.

Aproveitamos aqui para remeter vocês a dois conceitos do Glossário: Gestão Social e Ação Pública.

O segundo bloco conceitual é o que diz respeito à política pública ser uma ação ou também uma omissão. Há definições como a de O'Donnell, para quem a política pública é “o Estado em ação”. Mas há autores, como Dye, que entendem que a política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Em nossa definição, vamos assumir que política pública é, sobretudo, uma ação. Mais precisamente, um curso de ação. Nesse curso de ação, pode haver omissões que integram as políticas públicas. Nesse sentido, é possível discutir que a omissão estatal de regulamentar os impostos sobre grandes fortunas é parte da política tributária brasileira, assim como é parte da política fundiária a não ação em relação a uma reforma agrária e urbana profunda.

O terceiro bloco diz respeito ao que está incluído no conceito de política pública; se são os programas e diretrizes estruturantes ou se também fazem parte as ações do nível operacional. Ainda que com alguma frequência nós associemos as políticas públicas aos grandes programas e projetos, como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Programa de Aquisição de Alimentos, a dimensão operacional também pode ser incluída no curso de ação que está envolvido na política pública. A decisão de um funcionário da prefeitura de apagar um grafite em um muro pode ser entendida como parte de uma política pública de acesso à cultura e à arte urbana, por exemplo. E isso é muito importante para quem discute a implementação de políticas públicas.

Finalmente, um quarto bloco conceitual diz respeito à dimensão normativa da política pública. Será que uma política pública existe sempre para superar um problema? Toda política pública tem uma visão de onde se assume que se pretende chegar (exemplo: erradicar a pobreza ou enfrentar a violência contra as mulheres). Mas, se nós adotarmos uma visão mais crítica, é importante considerar que algumas políticas públicas podem inclusive contribuir para que determinados problemas existam e sejam legitimados. Por exemplo: será que um sistema tributário que não seja progressivo realmente contribui para enfrentar desigualdades? Ou uma universidade sem ações afirmativas... Ela realmente contribui para ampliar a inclusão, ou ela legitima um acesso desigual por parte das elites? Assim, é importante considerar que as políticas públicas são indissociáveis das interações entre atrizes e atores políticos, e de seus discursos, ideologias e conhecimentos. Mas que elas também integram um contexto institucional, sendo necessário considerar as regras do jogo (normativas e legais) e as instituições políticas.

Assim, partindo da definição de Marta Farah e adaptando-a em partes, nós assumimos aqui que a política pública é um curso de ação pública, para responder a um problema público. Esse curso de ação é integrado por ações e omissões do Estado, mas também por outros atores e outras atrizes. O curso da ação é constituído a partir das disputas e alianças entre atrizes e atores, em determinado contexto institucional, e se baseia em conhecimento técnico e em outras formas de saber, que, por sua vez, são permeadas por discursos e ideologias.

Essa é a definição que nós construímos a partir das autoras e dos autores e dos blocos conceituais. E a de vocês?

Quer saber mais? Leia:

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Administração Pública e Política Pública**. *Revista de Administração Pública (RAP)*, v.45, p.813 – 836, 2011

FARAH, Marta Ferreira Santos. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. *Revista Do Serviço Público*, v. 69, p. 53–84, 2018. Disponível [aqui](#).

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, v.13, n.17/18, 1997.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2014

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SUBIRATS, Joan et al. **Análisis Y Gestión de Políticas Públicas**. 2ª edição. Barcelona: Editorial Planeta, 2012 THEODOULOU, Stella Z. and CAHN, Matthew A. *Public policy: the essential readings*. Prentice Hall, Upper Saddle River, New Jersey, 1995

POLÍTICA SOCIAL

Texto construído a partir da colaboração de **Camila Potyara Pe-reira** (professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília - UnB e doutora em Serviço Social pela UnB).

Para começarmos a entender a política social, é importante ter em mente que defini-la é uma tarefa árdua, já que esse é um conceito polissêmico e

que vem sendo disputado por correntes teóricas e ideológicas de filiações políticas distintas, e até mesmo rivais. Embora hoje seja mais comum a sua interpretação como um dos mecanismos capazes de garantir proteção social à maioria da população, não se pode esquecer, conforme reflete Richard Titmuss, que Hitler chamou de política social a esterilização, os experimentos médicos e as condenações às câmaras de gás de grupos populacionais considerados inferiores pela Alemanha nazista.

Assim, a definição aqui apresentada parte de uma visão de mundo particular que se pauta pela leitura crítica da realidade e que entende que é preciso ir além das aparências dos fenômenos, reconhecendo suas ambiguidades e contradições internas.

Dito isso, entendo que temos que partir, em primeiro lugar, de uma definição que se afaste da ideia binária de que a política social é boa ou má, somente uma criatura do capital ou somente uma conquista do trabalho. Isso porque, se a considerarmos apenas ruim, ela é indefensável e, portanto, deve ser extinta. Ao contrário, se a tomarmos como sempre benéfica, não reconheceremos as possíveis armadilhas e desvantagens que ela carrega e nem compreenderemos a perene tentativa do capital em cooptá-la.

Em segundo lugar, a definição de política social que defendemos entende que ela não se configura como um processo espontâneo ou natural das relações humanas, mas é produzida e reproduzida socialmente com o objetivo de atender demandas específicas de diferentes sujeitos e em diferentes fases históricas. Assim, a depender do sujeito com poder e do contexto no qual ele se encontra, a política social pode ser utilizada, com mais ênfase, em benefício das classes dominadas e da satisfação de necessidades sociais ou em benefício das classes dominantes, satisfazendo as necessidades do capital. Infelizmente, no capitalismo é essa última modalidade a que tem prevalecido, em especial, desde a década de 1970.

Em terceiro lugar, a política social nasce da relação dialeticamente contraditória entre classes e entre Estado e sociedade, e situa-se em uma arena de disputas de interesses na qual estão em choque cada uma dessas instâncias. É no capitalismo, portanto, que a política social se torna: a) uma disciplina acadêmica, com saber próprio; b) um campo de atuação profissional para diferentes categorias e c) uma ação pública, geralmente estatal, com método, técnicas e estratégias voltados para o alcance de objetivos, se distanciando das indiferenciadas noções anteriores de regulação da pobreza ou de distribuição de recursos.

De forma geral, a política social pode ser definida como uma espécie de política pública, gerida pelo Estado e controlada pela sociedade, voltada ao atendimento de necessidades sociais. Trata-se de uma ação governamental dotada de intencionalidade e planejamento e que tem potencial

de impactar positivamente as condições de vida, trabalho e saúde do seu público-alvo. Contudo, sabemos que estamos tratando de um processo complexo e contraditório que atende a dois senhores ao mesmo tempo, embora, neste cabo de guerra, ceda mais ao lado com mais força política.

A política social no capitalismo desenvolveu-se sob diferentes modelos políticos e econômicos e precisou lidar com acontecimentos históricos que exigiram intervenção governamental especial. Assim, presente na Revolução Industrial, nas Grandes Guerras Mundiais, no nazismo e no fascismo, no II pós Guerra, nas graves crises econômicas dos séculos XX e XXI, na pandemia de Covid-19, a política social metamorfoseou-se, avançando e alcançando níveis de universalidade em determinados momentos, e regredindo, tornando-se focalizada, condicional e residual em outros.

Embora intrinsecamente contraditória, o adjetivo social que nomeia esse tipo de política, só tem sentido se esta for controlada pela classe trabalhadora e funcionar para a satisfação de necessidades sociais e para a concretização de direitos sociais. Para tanto, só a luta política popular organizada pode alcançar êxito.

Quer saber mais? Leia:

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIO TO, Regina Célia Tamaso. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. In: **Revista Lua Nova**, nº 24, setembro de 1991.

GÓIS, João Bôsko Hora; SOUZA, Sidimara Cristina de. **Temas de Política Social: análises e discussões.** Volume 1. Curitiba: CRV, 2019.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes.** São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. **Política Social: temas & questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

Anexos

Programações dos cursos e eventos de extensão Observatório das Desigualdades

Curso de extensão

Revisão do Plano Diretor de Natal: possibilidades e desafios para aliar planejamento governamental e enfrentamento às desigualdades

03/02	<i>Plano Diretor: uma introdução (curso de extensão)</i>
	Expositor: Álvaro dos Santos Pereira (Professor de Direito – UNIFESP)
10/03	<i>Desigualdades como problemas públicos e planejamento governamental</i>
	Expositora: Simone Gueresi (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Economia e Doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP)
17/03	<i>Planejamento participativo e territorial para o enfrentamento às desigualdades</i>
	Expositora: Amiria Bezerra Brasil (Professora de Arquitetura e Urbanismo e Coordenadora Adjunta do Fórum Direito à Cidade/Natal – UFRN)
24/03	<i>Planejamento participativo e territorial para o enfrentamento às desigualdades: experiências inovadoras</i>
	Expositores: Ion Andrade (Pesquisador do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde – LAIS/UFRN e integrante da Rede Inclusão, Doutor em Ciência da Saúde – UFRN) e Pedro Marin (Coordenador de Planejamento da Fundação Tide Setubal e doutor em Administração Pública – FGV)

<p>10/06 primeiro encontro</p>	<p><i>Gênero, sexualidade e movimento LGBTQI+: uma introdução</i></p> <p>Objetivo: fazer uma introdução ao que é a discussão de gênero e sexualidade na perspectiva dos movimentos LGBTQIs+, abordando a “sopa de letrinhas” e as mudanças a partir da história do movimento.</p> <p>Expositores/as: Kyara Maria de Almeida Vieira (Professora de Ciências Humanas – Ufersa) e Victor Varela (pedagogo e integrante do movimento LGBT/Natal)</p> <p>Coordenação e mediação: Paulo Victor Lopes (Professor do Departamento de Antropologia – UFRN e Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos – Tiresia/UFRN)</p>
<p>17/06 segundo encontro</p>	<p><i>População LGBTQI+, desigualdades e resistência: o que os dados nos dizem (ou deixam de dizer)</i></p> <p>Objetivo: discutir o que temos (e que não temos) em termos de dados (estatísticas e registros administrativos). É possível construir diagnósticos? Onde procurar informações? Quais são as estratégias possíveis?</p> <p>Expositores/as: Fernanda Fortes de Lena (integrante do Vote LGBT e doutoranda em Demografia – UNICAMP) e Samuel Araujo Gomes da Silva (integrante do Vote LGBT e doutorando em Demografia – UFMG)</p> <p>Coordenação e mediação: Luana Junqueira Myrrha (Professora do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais – UFRN)</p>
<p>24/06 terceiro encontro</p>	<p><i>Gênero e movimento LGBTQI+: A contribuição dos estudos marxistas para a discussão.</i></p> <p>Objetivo: discutir os desafios e as possibilidades e contribuições das abordagens marxistas sobre gênero e sexualidade.</p> <p>Expositor: Tiberio Lima Oliveira (Professor do Serviço Social – UERN e doutorando em Serviço Social – UnB)</p> <p>Coordenação e mediação: Ilana Lemos de Paiva (Professora do Departamento de Psicologia – UFRN e coordenadora do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência – OBIJUV/UFRN) e Silvana Mara dos Santos (Professora do Departamento de Serviço Social – UFRN)</p>

01/07
quarto
encontro

Gênero e movimento LGBTQI+: A contribuição dos estudos Queer.

Objetivo: discutir a contribuição dos estudos e movimentos queer, analisando o seu contexto de emergência nos Estados Unidos e no Brasil. Pretendemos situar o debate e colocar em perspectiva uma “caixa de ferramentas” que cursistas possam mobilizar em suas pesquisas.

Expositor: Bruno Oliveira (Mestrando – UFS)

Coordenação e mediação: Paulo Roberto Souto Maior (Professor de Ensino de História do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo – UFRN)

08/07
quinto
encontro

Políticas públicas e direitos para população LGBTQI+ e para igualdade de gênero no Rio Grande do Norte e em Natal

Objetivo: apresentar as políticas públicas para população LGBTQI/gênero e sexualidade no Rio Grande do Norte e em Natal, refletindo sobre seus avanços e desafios.

Expositoras: Janaina de Lima (Coordenadora da Diversidade Sexual e de Gênero, da Secretaria de Estado das Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Rio Grande do Norte) e Luana Soares (Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal)

Coordenação e mediação: Mariana Mazzini Marcondes (Professora do Departamento de Administração Pública e Gestão Social e Coordenadora do Observatório das Desigualdades – UFRN)

Evento do Observatório disponível para acesso público

Curso de extensão

Planejamento Público Participativo: Possibilidades e desafios para a promoção dos Direitos Humanos e enfrentamento às desigualdades

10/08 primeiro encontro	<p><i>Desigualdades e direitos humanos: uma introdução</i></p> <p>Expositores/as: Bruno Lazzarotti Diniz Costa (professor e pesquisador – FJP, coordenador do Observatório das desigualdades – FJP e doutor em Ciências Políticas – UFMG) e Cândida de Souza (coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio – UFRN e doutora em Desenvolvimento Humano e Saúde – UnB)</p>
11/08 segundo encontro	<p><i>Políticas públicas e sociais para a promoção dos direitos humanos e enfrentamento das desigualdades</i></p> <p>Expositora: Larissa Beltramim (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Economia em exercício na Universidade Federal de São Paulo)</p>
12/08 terceiro encontro	<p><i>Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) convertendo intenções em práticas</i></p> <p>Expositor: Pedro Pontual (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – Ministério da Economia, presidente da Associação Nacional de EPPGG e mestre em Políticas Públicas pela Indiana University e Harvard Kennedy School)</p>
13/08 quarto encontro	<p><i>Papel das organizações da sociedade civil no enfrentamento das desigualdades e promoção dos direitos humanos</i></p> <p>Expositora: Marcelle Decothé (Instituto Marielle Franco e Ação Brasileira de Combate às Desigualdades – ABCD, educadora popular e doutoranda em Sociologia – UFF)</p>

Desigualdades e Ações Públicas para o Enfrentamento: o território importa

04/11	<i>O território em perspectivas internacionais: pensando as desigualdades a partir do Sul Global e da América Latina</i>
	Expositora: Larissa Jacheta Riberti (Professora do Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó – UFRN)
11/11	<i>Territórios e violências</i>
	Expositor: Gabriel Miranda (Doutorando em Psicologia e pesquisador do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência – OBIJUV/UFRN)
18/11	<i>Desigualdades e desenvolvimento regional no Brasil</i>
	Expositora: Maria do Livramento Miranda Clementino (Professora do Departamento de Políticas Públicas – UFRN e Observatório das Metrôpoles – UFRN)
25/11	<i>Desigualdades na (des)articulação Urbano-Rural</i>
	Expositoras: Larissa Menescal (Analista de Planejamento e Gestão no Instituto de Planejamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza – IPLANFOR e docente de urbanismo na Unichristus) e Winifred Knox (Professora do Departamento de Políticas Públicas – UFRN e integrante do Laboratório de Estudos Rurais – LabRural/UFRN)
02/12	<i>Desigualdades e Injustiça Ambiental</i>
	Expositores: José Luiz de Attayde (Professor do Departamento de Ecologia – UFRN) e Washington José de Souza (Professor do Departamento de Administração Pública e Gestão Social – UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Administração – UFRN e coordenador da Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias – OASIS/UFRN)

Publicações

Observatório das Desigualdades



Dossiê das Desigualdades

Autorias (em ordem alfabética)

Alexandre Hugo de Araujo Barbosa (UFRN)
Aline Santana Franco de Siqueira (UFRN)
Anabelle Carrilho da Costa (UnB)
Bruno Lazzarotti Diniz Costa (FJP)
Jailma Fernandes da Silva (UFRN)
Jose Cassio da Costa Junior (UFRN)
Lilia Asuca Sumiya (UFRN)
Lucélia de Moraes Braga Bassalo (UEPA)
Renato Emerson Nascimento dos Santos (UFRJ)
Sandra Cristina Gomes (UFRN)
Sílvia Cristina Yannoulas (UnB)
Sophia Cunha Afonso (UnB)



Boletim ObservaDesigualdades - 1ª Edição

Autorias (em ordem alfabética)

Ana Raquel Cavalcante de Lima (UFRN)
Clara Carolina Cândido do Nascimento (UFRN)
Jaqueline Castilho Machuca (UFRN)
Mariana Mazzini Marcondes (UFRN)
Nícia Raies Moreira de Souza (FJP)
Viviane da Silva Cruz (IBGE/RN)



Boletim Observa Desigualdades - 2ª Edição

Autorias (em ordem alfabética)

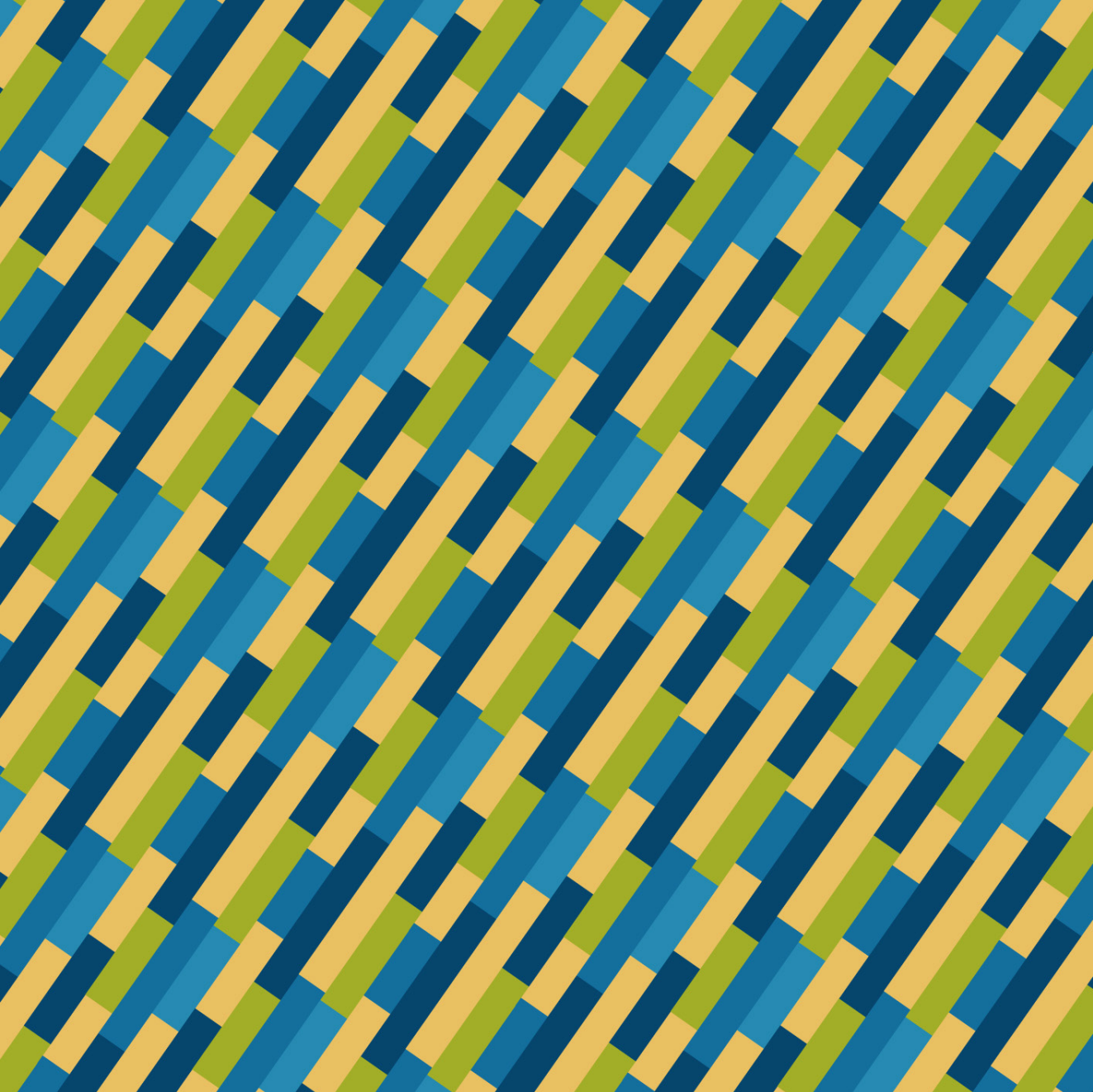
Ana Raquel Cavalcante de Lima (UFRN)
Cassiano José Bezerra Marques Trovão (UFRN)
Clara Carolina Cândido do Nascimento (UFRN)
Kyara Maria de Almeida Vieira (UFERSA)
Luana Junqueira Dias Myrrha (UFRN)
Mariana Mazzini Marcondes (UFRN)
Rafaela da Silva Freire (UFRN)



Boletim Observa Desigualdades - 3ª Edição

Autorias (em ordem alfabética)

Améria Bezerra Brasil (UFRN)
Ana Raquel Cavalcante de Lima (UFRN)
Clara Carolina Cândido do Nascimento (UFRN)
Esthefanny Emmanuely Priscylla de Araújo Bezerra (UFRN)
Fábio Grigoletto (UFSCar)
Joana Tereza Vaz de Moura (UFRN)
Mariana Carla Pontes Silva de Moura (UFRN)
Mariana Mazzini Marcondes (UFRN)
Rafaela da Silva Freire (UFRN)



realização:



apoio:

